



DIÁRIO Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MAIO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas. A Câmara tomou conhecimento da renúncia ao mandato do Sr. Deputado do PSD Machado Rodrigues e aprovou dois pareceres da Comissão de Ética relativos, um, à retoma de mandato de um Deputado do PS e, outro, à substituição de um Deputado do PSD.

Deu-se conta da apresentação da proposta de lei n.º 60/IX. Em seguida, procedeu-se ao debate da interpelação n.º 4/IX — Sobre ambiente, ordenamento do território e sustentabilidade do desenvolvimento (Os Verdes). Após terem proferido intervenções, na fase de abertura, a Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes) e o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Amílcar Theias), usaram da palavra, a

diverso título, além daqueles oradores e da Sr.^a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (Maria do Rosário Ventura), os Srs. Deputados Honório Novo (PCP), António Nazaré Pereira (PSD), Pedro Silva Pereira (PS), Joana Amaral Dias (BE), Renato Sampaio (PS), Rodeia Machado (PCP), Ascenso Simões (PS), Miguel Paiva (CDS-PP), Pina Marques (PSD), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Luís Gomes (PSD), Isabel Gonçalves (CDS-PP), Manuel Cambra (CDS-PP), Maximiano Martins (PS) e Vitor Reis (PSD).

No encerramento do debate da interpelação, interviveram a Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes) e o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

Eram 15 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Jorge Fidalgo Martins
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bernardino da Costa Pereira
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Miguel Gonçalves Miranda

Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria João Vaz Osório Rodrigues da Fonseca
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luis Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira

Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Cabodeira
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís José Vieira Duque
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Daniel Fugas Veiga

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Vicente José Rosado Merendas

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai dar conta do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um pedido de renúncia ao mandato formulado pelo Sr. Deputado Luís Machado Rodrigues, datado de 30 de Abril de 2003, que é do seguinte teor: «Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, venho apresentar a V. Ex.ª a declaração de renúncia ao mandato de Deputado para o qual fui eleito, integrando, como independente, a lista do PSD pelo círculo eleitoral de Bragança.

Para cumprimento do n.º 2 do referido artigo 7.º, formalizei ontem a comunicação ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. (...»)

Sr. Presidente, temos, ainda, um relatório e parecer da Comissão de Ética que é do seguinte teor:

1. Em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 7 de Maio de 2003, pelas 14 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte retoma de mandato de Deputado:

— Nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto dos Deputados:

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) — Fernando Cabodeira (Círculo Eleitoral de Viana do Castelo), cessando António Jorge Gonçalves e Gama de Oliveira, em 1 de Maio corrente, inclusive;

2. Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

3. Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A retoma de mandato em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão o parecer.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, há um outro relatório e parecer da Comissão de Ética, referente à substituição, nos termos do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, com início em 1 de Maio corrente, inclusive, do Sr. Deputado Luís Machado Rodrigues do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD), mediante renúncia de mandato, por António Jorge Fidalgo Martins.

O parecer da Comissão vai no sentido de que a substituição em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ambos os membros do Parlamento cujos poderes foram verificados podem tomar os seus lugares no Hemicírculo já na sessão de hoje.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitida, a proposta de lei n.º 60/IX — Autoriza o Governo a criar regras específicas sobre o acesso à profissão de motorista de táxi através da concessão de uma autorização excepcional que vigorará por um período máximo de três anos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a ordem do dia de hoje é integralmente preenchida pela interpelação ao Governo n.º 4/IX — Sobre ambiente, ordenamento do território e sustentabilidade do desenvolvimento (Os Verdes).

Os Srs. Membros do Governo ainda não se encontram na Sala, pelo que vamos aguardar uns momentos para iniciar o debate que será aberto pela Sr.ª Deputada Isabel Castro em representação de Os Verdes.

Pausa.

Os meus cumprimentos ao Sr. Primeiro-Ministro e aos membros do Governo que o acompanham e que já se encontram nos seus lugares. Estamos, pois, em condições de iniciar o debate.

Para uma intervenção de abertura do debate, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal não tem uma política para o ambiente!

O Governo, este Governo não tem um plano, não tem uma ideia, não tem uma estratégia para o ambiente capaz de assegurar um desenvolvimento ecologicamente equilibrado.

O falhanço político do Governo traduz-se na ausência de uma política que dê corpo a um desenvolvimento com sustentabilidade. É certo que, durante os últimos anos, o País tem crescido, mas crescido sobretudo à custa da desapropriação de recursos naturais, da exploração de mão-de-obra barata, sem inovar, sem modernizar a economia, sem preparar o futuro.

Não obstante progressos pontuais registados em domínios que respeitam à satisfação de direitos ambientais de primeira geração, o crescimento foi feito, em geral, de opções erradas e de curto prazo, marcado por desequilíbrios ambientais graves. Desde o caos urbanístico ao crescimento desmesurado dos subúrbios, à litoralização do País, às agressões à paisagem, ao esbanjamento energético, à perda de biodiversidade, ao desordenamento do território, enfim, à degradação da qualidade de vida dos cidadãos, muito em especial nos meios urbanos.

O crescimento desequilibrado exprime-se, ainda, no significativo défice de qualificação dos portugueses, na persistência de desigualdades na partilha da riqueza, na subalternização da inovação tecnológica, na manutenção de processos produtivos economicamente esgotados e inimigos do ambiente.

São estas as razões que nos levaram a agendar esta interpelação ao Governo e que fizeram Os Verdes decidir da oportunidade e urgência política deste debate. Razões, ainda, que nos levam a questionar qual a estratégia de desenvolvimento, de ambiente, de qualidade de vida para os portugueses que este Governo lhes propõe.

Vejamos alguns dados sobre a triste evidência:

90 % das actividades económicas concentram-se no litoral:

A produção de resíduos sólidos urbanos não pára de aumentar, aumentando mais de 40 % só numa década, e parte significativa permanece sem tratamento adequado, sem triagem, sem qualquer estratégia para reduzir, reutilizar e reciclar;

Mais de 40 % dos rios portugueses estão poluídos, em parte devido à actividade proveniente das indústrias;

Os resíduos industriais continuam, na maioria dos casos, a ser depositados no solo, sem qualquer tratamento e dispersos por mais de 1800 pontos negros;

A desertificação atinge mais de 30 % do nosso território, 69 % do qual sofre risco sério de erosão;

Cerca de 170 espécies animais, particularmente aves, encontram-se em vias de extinção e o mesmo se passa com 100 espécies vegetais;

As águas balneares, particularmente junto ao Grande Porto, ainda não oferecem condições de segurança para os cidadãos e constituem risco grave para a saúde pública;

As emissões poluentes dispararam em Portugal, tendo o dióxido de enxofre, responsável directo pelo aparecimento da asma e da bronquite, mais do que triplicado em 10 anos.

Sr. Primeiro-Ministro, é, pois, a si e aos membros do seu Governo que, hoje, é aqui proposto por Os Verdes que respondam, de modo frontal, aos graves problemas nacionais que exigem resposta, com vista a garantir um sentido diverso para o desenvolvimento com futuro.

Estas questões são, essencialmente: a energia; a conservação da natureza e a gestão integrada do litoral; os oceanos; as alterações climáticas; os resíduos industriais; a água; a estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Trata-se de problemas que identificámos e trazemos a debate por serem questões estruturantes da agenda política ambiental, cuja gravidade, amplitude, actualidade e responsabilidade política directa do Primeiro-Ministro impõem uma análise, neste momento, especialmente importante.

Comecemos pela energia, um domínio em que Portugal regista o pior desempenho de toda a União Europeia, de acrescida relevância neste tempo de crise para o País.

Cabe perguntar o que vai o Governo fazer, como, quando, com que meios e objectivos fixados no tempo, relativamente às questões que passo a enumerar:

- Reduzir a dependência energética de Portugal em relação ao exterior, que se situa na ordem dos 87 %.

- Pôr fim ao desperdício de energia, que ronda os 20 %.

- Melhorar a eficiência energética e inverter a tendência de crescimento da intensidade, sem paralelo nos demais países da OCDE.

- Aumentar a diversificação de fontes, ainda muito incipiente.

- Garantir a conservação de energia, conservação praticamente nula nos edifícios, e favorecer o eco-urbanismo.

- Atribuir um papel mais significativo às energias renováveis, especialmente às energias solares passivas, cujo peso, não obstante as características do nosso clima, continua a ser bem menor do que em qualquer região da Alemanha.

Estas perguntas impõem respostas claras perante factos com consequências negativas para o País, dos quais resulta o peso excessivo na importação de combustíveis fósseis, que quase triplicou só nos últimos três anos. Este facto determina o agravamento da factura energética no País, com todas as consequências negativas das decorrentes para o ambiente, a economia nacional e a vida dos cidadãos portugueses.

Mas outras questões se colocam, também, em relação à conservação da natureza e à gestão do litoral, cabendo perguntar o que vai o Governo fazer, neste domínio, para: impedir a forma como o território tem vindo a ser irracionalmente ocupado e os recursos naturais e o património destruídos; travar a destruição de solos e as sistemáticas desafectações de áreas integradas na REN (Rede Ecológica Nacional) e na RAN (Reserva Agrícola Nacional); evitar que importantes áreas, *habitats*, ecossistemas, parques naturais, zonas de proteção especial e sítios integrados na Rede Natura 2000 continuem ao abandono, descaracterizados, desprotegidos. O que vai o Governo fazer para que, eventualmente, não sejam amputados, como alguns pretendem, parques naturais no Sudoeste Alentejano e na Costa Vicentina?

A responsabilidade de esclarecimento é do Governo sobre qual a sua política para que a natureza não seja mero factor promocional e de *marketing* para melhor servir os interesses do imobiliário.

Exigem-se, ainda, respostas claras quanto à gestão integrada do litoral capaz de assegurar a qualidade das águas balneares.

Para quando, pois — pergunta-se —, normas disciplinadoras que impeçam os abusos e os erros de ocupação irracional e travem o acelerado processo de erosão que tem provocado, sistematicamente, destruição, derrocada de falésias e de dunas?

Para quando uma gestão integrada do litoral que anule o desastroso Programa Finisterra, com que o Governo veio institucionalizar um regime de exceção na ocupação do litoral, o qual favorece a construção e a pressão imobiliárias e que, insolitamente, permite a dispensa de estudos de avaliação de impactes ambientais, simplifica processos de licenciamento para facilitar construções, facilita o processo de desanexação de solos classificados e incluídos na Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional — REN e RAN —, favorece as condições de destruição e de desmatação de áreas verdes, dificulta uma gestão articulada e eficaz, ao atribuir ao Instituto da Conservação da Natureza (ICN) competência de gestão de uma faixa do litoral, ao mesmo tempo que atribui a específica gestão dos recursos hídricos nela contidos ao Instituto da Água (INAG)?

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Programa Finisterra nega e colide com tudo aquilo que tem vindo a ser tecnicamente recomendado, cabendo, pois, perguntar onde se situa a gestão integrada e a preservação dos recursos naturais.

Outras perguntas se colocam no domínio da ausência de políticas que se verificou aquando da catástrofe ecológica com o *Prestige*, apercebendo-se da inexistência de soluções para prevenir e defender as nossas zonas costeiras em situações de risco, como a verificada maré negra. Esta vulnerabilidade do litoral é agravada ainda, como se sabe, pela situação geográfica de Portugal que nos co-

loca no centro das principais rotas marítimas internacionais.

Na altura, em relação a estas questões, o Sr. Primeiro-Ministro disse reconhecer serem da maior gravidade, tendo afirmado que «Portugal não ficará à espera da União Europeia e vai tomar medidas para proteger as nossas águas». Continuamos à espera dessas medidas.

Até agora, todos estes meses passados, nenhuma medida foi concretizada, é o zero absoluto, e tão-pouco foram viabilizadas as propostas de Os Verdes.

Em suma, as medidas políticas adoptadas foram nulas e tornam, por isso, o discurso do Primeiro-Ministro sobre os oceanos, feito em Joanesburgo, aquando da Cimeira da Terra, um puro exercício de retórica balofa que naufraga tranquilamente nas manchas de óleo do *Prestige*.

Tudo isto nos leva, também, a perguntar hoje ao Governo o que vai fazer, como e quando, para apresentar uma política consistente de defesa dos oceanos.

O que é que o Governo vai fazer, e quando, para fixar normas de circulação que melhor assegurem a preservação dos ecossistemas, a protecção das nossas costas e territórios marítimos?

Colocamos, também, perguntas em relação às alterações climáticas, um domínio cuja abordagem exige o envolvimento activo da Economia, dos Transportes, da Agricultura, enfim, do Governo no seu todo, e que se encontra paralizado.

A inércia e a incapacidade do Governo são da maior gravidade. Falta uma resposta política de que se precisa, tendo presente a acentuada derrapagem das emissões poluentes, identificada já em 2000, derrapagem que, nessa altura, nos aproximava já dos valores-limite previstos para virem a ser atingidos em 2010.

O Governo tem a responsabilidade de esclarecer a resposta a esta questão perante esta Câmara e tem o dever de informar o País e os portugueses.

A resposta é tanto mais necessária quanto todas as projecções posteriormente feitas evidenciam, no próprio Plano Nacional das Alterações Climáticas (PNAC) e nos cenários de evolução nele traçados, que os compromissos de Portugal quanto a consumos energéticos, em relação ao Protocolo de Quioto, continuam largamente ultrapassados em todos os sectores de actividade.

A derrapagem significa, por exemplo, que, só no sector dos transportes, pode verificar-se um aumento de emissões na ordem dos 121 % e de mais de 80 % nos sectores que englobam os serviços, o residencial e a agricultura e as florestas.

Ora, estes são sinais alarmantes e altamente preocupantes, pois que reclamam medidas que, como aquele documento refere, tardam, tornando-se (e cito o próprio documento) «urgente a adopção de estratégias para contrariar a tendência fortemente cres-

cente nas emissões poluentes registadas nos últimos anos».

Razões estas que impõem, perante a gravidade da situação, Sr. Primeiro-Ministro, o anúncio, aqui e agora, de quais as estratégias, de quais os objectivos, de quais as metas fixadas e as acções concretas para lá chegar, já que os prazos estão largamente ultrapassados.

A resposta a esta questão, que não pode ser iludida, Sr. Primeiro-Ministro, é que a manutenção da actual situação, a manutenção destes erros tem custos, custos esses que, para além dos ambientais, vão implicar a penalização de Portugal pelo seu incumprimento — um preço de milhões e milhões de euros a pagar pela inércia, da responsabilidade política do seu Governo e que os contribuintes portugueses deverão pagar, no futuro, do seu bolso.

A responsabilidade política é a mesma que se lhe exige, Sr. Primeiro-Ministro, em relação ao *dossier* dos resíduos industriais. O *dossier* em relação ao qual o PSD assumiu o compromisso eleitoral de abandono de queima de resíduos tóxicos em cimenteiros, a co-incineração. O abandono que se verificou, é certo, tal como nós, Os Verdes, e muitos outros defendímos, mas que se fez sem que exista uma estratégia global para o tratamento dos resíduos industriais, havendo tão-só o anúncio de medidas puramente casuísticas.

O caminho percorrido indica o mesmo vício que foi marca do anterior governo, o erro que se repete e que tão duramente criticado foi por nós.

A opção política é, uma vez mais, errada, adoptando-se medidas pontuais, desligadas de uma estratégia coerente e integrada.

O anúncio feito é-o sem a exigência da condição básica: a inventariação e a rigorosa caracterização dos resíduos. A data da sua apresentação, esse elemento base, já foi por duas vezes fixada e por duas vezes não cumprida. É tempo, pois, de ser explicado o porquê de toda esta incapacidade.

Igualmente negativos são, ainda, a omissão e a desresponsabilização do Governo em relação ao passivo ambiental, questão esta da máxima importância e que foi consagrada na lei aprovada pela Assembleia da República, de nossa iniciativa e que visa responder à perigosidade da contaminação e à necessidade de assegurar procedimentos de emergência adequados para garantir a defesa do ambiente e a saúde dos cidadãos.

Um anúncio que suscita enorme ceticismo, finalmente, pela ausência de uma estratégia para os resíduos considerados no seu todo. Não estão gizadas as opções, o papel decisivo dos poderes públicos, toda a gama de apoios, de incentivos e de estímulos que devem ser proporcionados e contratualizados com os industriais em cada sector de actividade. Estão por definir os percursos orientadores, por fixar as prioridades, por esclarecer as vias que permitem proporcionar alterações e moder-

nização dos processos produtivos, susceptíveis, essas sim, de conduzir a políticas de prevenção, de redução, de reutilização e de reciclagem.

Sr. Primeiro-Ministro, também queremos ver hoje, aqui, a questão da água, um recurso abordado no seu programa de modo muito genérico, mas cujo futuro de privatização se encarregou de esclarecer no debate do Programa do Governo e no Programa de Estabilidade e Crescimento do país, aqui aprovados.

Impõem-se esclarecimentos quanto à água. A água que, independentemente de ser um factor estratégico para o desenvolvimento, não pode ser vista como mera mercadoria, é um direito. Um direito que, depois de 2006, não pode ser entregue à lógica trituradora dos mercados, deixando o País refém do preço e da qualidade, que o monopólio pelos privados vier, sem escolha, a determinar. Um escândalo que contraria tudo o que mundialmente tem sido defendido para este importante bem, cujo direito de acesso universal pode, desta forma, ser posto em causa no futuro.

Um recurso fundamental sobre o qual, curiosamente, para além desta medida peregrina, reina o absoluto silêncio. Silêncio este inquietante, sabido que, em termos de qualidade e de quantidade, quer se fale das águas subterrâneas ou de superfície, ela está, em algumas zonas do País, como pontualmente tem sido perceptível, em situação de risco, com graves consequências ambientais, para a saúde pública e para a economia.

Foi esta a única medida política, no domínio da água, tomada pelo Governo, para satisfação dos poderosos grupos de interesse do sector, já que tudo o resto é, como se disse, politicamente nulo.

Os conselhos de bacia mantêm-se sem funcionar — nada é dito. A nova lei da água, cuja publicação esteve anunciada, foi posta na gaveta, ignorando-se os prazos fixados. A nova directiva-quadro, complexa, não está a ser eficazmente preparada. Da indispensável monitorização da qualidade da água, nada se adianta.

Depois de tantos anos de imobilismo, também agora a comissão técnica, prevista no Convénio Luso-Espanhol para os rios internacionais e uma peça chave de extrema importância para dar conteúdo a este acordo e salvaguardar os interesses ecológicos dos nossos rios, prevalece estranhamente parada.

São estas as interrogações que Os Verdes colocam, também na indefinição da estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável. Ora, esta estratégia nacional exige um documento base, que, aliás, por iniciativa de Os Verdes, esteve em debate neste Parlamento, antes e depois da Conferência de Joanesburgo, e que, apesar da sua importância, está paralizado.

Cabe, pois, aqui perguntar, ao Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso, como a pessoa responsá-

vel por ter chamado a si a coordenação directa desse dossier, por entender que a questão exigia políticas e medidas transversais, o seguinte: o que fez o senhor desde então? Onde está o resultado do trabalho produzido? Como explica esta enorme lentidão? Como é possível que, depois dessa tão noticiada decisão, passados o discurso e a fotografia, novidades, medidas e resultados não existam, como acontece noutras países europeus? Como é possível que grasse o silêncio e o assunto continue a ser, para a generalidade dos portugueses, um ilustre desconhecido?

Esta é a pergunta que, hoje, tem de ser feita directamente ao Sr. Primeiro-Ministro, ao principal responsável deste Governo.

Para quando um documento credível com políticas integradas e sustentáveis, que constituam um desafio nacional, um objectivo transformador, passível de apelar à participação activa dos diferentes sectores da sociedade, de envolver os diversos parceiros, de imprimir uma dinâmica de inovação, de modernização e de mudança, que prometeu e de que continuamos privados.

Exigem-se, por isso, respostas, mudanças, políticas integradas. Políticas integradas para o planeamento e gestão das zonas costeiras, para os transportes e a mobilidade em geral, para a promoção de modelos de produção e de consumo sustentáveis, para o ordenamento e qualificação dos sistemas urbanos.

Ora, tudo isto exige que o ambiente seja colocado no centro das políticas públicas e, a partir dele, sejam impulsionadas mudanças transformadoras na própria economia, mudanças susceptíveis de contribuir para a melhoria significativa do bem-estar dos cidadãos.

Este Governo tem revelado uma incapacidade política e cultural para compreender este desafio.

Este Governo, aliás, só hoje conseguiu organizar-se, só hoje, mais de um ano volvido, foi capaz de publicar a lei orgânica do próprio Ministério, que vai definir como é que funciona internamente.

Um visível fracasso deste Governo, que atingiu, em matéria de política ambiental, o patamar mais baixo alguma vez visto no nosso país,...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se.

A Oradora: — ... em ruptura, aliás, com aquela que chegou a ser tradicionalmente, no PSD, até ao final da década de 80, uma área de intervenção privilegiada e uma bandeira política de propaganda, em termos eleitorais.

Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: termino como comecei: o Governo, este Governo não tem um plano, uma ideia, não tem uma estratégia capaz de assegurar um desenvolvimento ecologicamente equilibrado.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Amílcar Theias): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É para mim uma honra usar da palavra neste templo da República e da democracia, onde diariamente se forjam as traves da nossa arquitectura institucional e por onde passaram e passam figuras proeminentes na oratória e no pensamento político pátrio.

Não citarei nomes, pois corro o risco de cometer imperdoáveis esquecimentos. Ouso, no entanto, dirigir uma palavra particular, de homenagem e apreço, ao Sr. Presidente desta Assembleia, Dr. Mota Amaral, que tive o privilégio de conhecer e admirar há já muitos anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, a minha preocupação principal, neste primeiro mês, tem sido a de preservar a estabilidade e transmitir a confiança necessária à continuidade das tarefas já iniciadas, que são muitas e inadiáveis.

Mas não poderia deixar de assumir a responsabilidade de vir a terreno responder à iniciativa do Partido Ecologista «Os Verdes» para prestar contas pela actividade política do Governo a que pertenço e pelo cumprimento do programa a que aderi.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No próximo mês de Julho, terão decorrido 20 anos sobre a aprovação, pelo Conselho de Ministros da CEE, de um programa que pode ser considerado como o nascimento da política de ambiente comunitária. Quase tantos anos como aqueles que passaram desde a adesão de Portugal à União Europeia.

Este paralelismo de calendário recorda-nos a relação indissociável entre o nosso desenvolvimento estrutural e a defesa do respeito pelo Homem, que tem como componente essencial a salvaguarda do meio natural e a preservação do ambiente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Muito já foi feito, mas é preciso reconhecer que ainda se pode e deve fazer mais, porque os problemas ambientais continuam a agravar-se por força do desequilíbrio persistente entre utilizadores e recursos disponíveis.

Considero que devemos defender uma visão optimista da evolução da Humanidade, sem darmos excessivamente ouvidos aos «espíritos de Cassandra», que frequentam muito estes domínios...!

No entanto, esta atitude não pode ser uma desculpa para uma «política de braços cruzados», que só é activada quando a opinião pública, perante situações ou experiências dramáticas, faz ecoar o seu desespero. Infelizmente, nesta área, só nos lembramos de Santa Bárbara quando troveja.

Ao chegar ao Ministério, encontrei três *dossiers*, que me suscitaram particular preocupação e que enunciarei rapidamente, sem que a ordem desse enunciado traduza qualquer apreciação sobre a sua importância relativa.

Antes, porém, uma palavra para referir que, na linha do Programa do Governo, este Ministério tem uma visão abrangente e integrada das políticas de cidades, ordenamento do território e ambiente.

Toda a nossa acção é, por isso, conduzida sob a orientação estratégica do desenvolvimento sustentável, no complexo, mas inevitável, equilíbrio entre as suas três dimensões: económica, social e ambiental. Faço, por isso, questão de sublinhar que colocarei o desenvolvimento sustentável como principal vector da minha acção governativa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Passando aos três *dossiers* que mais me preocupam, refiro, em primeiro lugar, aquele que é um dos principais desafios ambientais dos nossos dias: a questão do cumprimento das metas do Protocolo de Quioto sobre as alterações climáticas.

Estamos conscientes da situação difícil em que se encontra o nosso país relativamente a esses objectivos. Com efeito, em resultado da nossa persistente ineficiência energética, Portugal já esgotou, em 2002, a sua quota prevista para 2012, em matéria de emissão de gases com efeito de estufa.

Três hipóteses se nos deparam. A primeira alternativa é sujeitarmo-nos a multas extremamente elevadas: € 100 por cada tonelada de carbono em excesso.

A segunda hipótese é entrarmos no comércio internacional de direitos de emissão, a preços que não poderemos antecipar com segurança, mas certamente não saberemos controlar.

Estaremos, nestes casos, a despender dinheiro no estrangeiro, quando o deveríamos estar a investir na eficiência da nossa economia. De acordo com as estimativas preliminares, cumprir Quioto poderá corresponder a um custo para a economia portuguesa na ordem de algumas centenas de milhões de euros por ano.

Seremos forçados, por isso, a uma terceira opção, que passa por enveredarmos, decididamente, pela via das energias renováveis, da utilização de bio-combustíveis e da melhoria da eficiência energética, através do uso de tecnologias mais eficientes, em particular no sector dos transportes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se não for seguida esta terceira alternativa, a indústria portuguesa deixará de ser definitivamente competitiva e muitos sectores poderão desaparecer da paisagem industrial portuguesa, sobretudo aqueles como a cerâmica, o vidro e o cimento, que são hoje grandemente tributários do consumo de energia.

Cabe, em primeira linha, ao Estado a condução, sensibilização e adopção de políticas e medidas no sentido que acabo de referir. Mas cabe igualmente a um Estado responsável trabalhar com o sector privado na procura de soluções que lhe digam directamente respeito, em particular mediante a redução dos custos de contexto e da burocracia envolventes. É nesta linha que procuramos pautar a nossa actuação.

O Programa Nacional das Alterações Climáticas, que foi objecto de uma imprescindível actualização em 2002, será aprovado na segunda metade deste ano, após um período de consulta pública e dos parceiros sociais.

De referir ainda que, na sequência do Programa do Governo, as medidas do PNAC foram concebidas numa óptica de integração das políticas ambiental, económica e energética.

Foi também nesse sentido que o Governo aprovou, recentemente, a Política Energética Nacional, que já incorpora os principais objectivos do PNAC, nomeadamente, a necessidade da economia nacional internalizar os custos ambientais, no quadro do combate às alterações climáticas.

O segundo *dossier* que está no centro das minhas preocupações diz respeito à água, nas suas diferentes vertentes.

No que se refere ao abastecimento de água e ao saneamento de águas residuais, o governo anterior serviu-se imprudentemente do modelo arquitectado pela Dr.^a Teresa Gouveia, sem a prévia garantia da sua blindagem em termos de disciplina da concorrência e de mercados públicos na União Europeia, legando ao actual Governo um contencioso pesado, responsável pela fraca execução dos investimentos de que tanto necessitamos e impedindo-nos de aceder a volumes muito consideráveis de fundos comunitários.

Estou a trabalhar intensamente para tentar resolver este contencioso com Bruxelas, que já legitimamente julgávamos encerrado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O seu fim é indispensável para prosseguir a política de investimento no sector das águas e cumprir, assim, as metas comunitárias em termos de abastecimento de água e saneamento, incorporadas no PEASAR, e que estamos muito longe de atingir, em particular no saneamento.

A necessidade de continuar a realizar vultosos investimentos e o imperativo constituído pelo res-

peito das regras da concorrência no mercado da União Europeia obrigaram a uma reflexão profunda sobre o modelo empresarial para o sector, que está em curso e de cujos resultados espero poder-vos dar conta dentro de alguns meses.

No entanto, poderei, desde já, adiantar que a minha preocupação fundamental vai no sentido de garantir o justo equilíbrio entre a indispensável eficiência do sistema, garantida por um mecanismo de *benchmarking*, e a necessária equidade regional e social.

A questão da privatização, que naturalmente é suscitada, é, em meu entender, na sua formulação mais elementar, uma falsa questão. Com efeito, o sector privado já está presente no sector da água e dos resíduos e a verdadeira questão consistirá em saber em que proporção e modalidades essa participação é deseável e a que ritmo deverá prosseguir a liberalização deste sector económico estruturante.

O que verdadeiramente importa é garantir um sistema eficiente e razoavelmente equitativo, o que obrigará, independentemente da natureza dos operadores, à definição rigorosa dos contratos de concessão, bem como à constituição de um forte regulador independente que garanta a transparência do sistema.

Permitam-me ainda sublinhar o empenho deste Governo em concluir rapidamente a nova lei da água, instrumento fundamental para uma correcta gestão dos recursos hídricos, que seria deseável pudesse obter um consenso tão alargado quanto possível nesta Câmara.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O terceiro *dossier* prioridade diz respeito à política de resíduos. A este propósito, quero fazer um desabafo: não percebo como um país com a nossa dimensão deixou agravar os problemas até ao ponto de eles parecerem insolúveis.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Neste campo, há não só a responsabilidade dos governos mas também uma responsabilidade colectiva, que não pode ser ignorada.

Temos de fazer um apelo aos empresários, aos autarcas e a todos os cidadãos em geral para que despertem para a responsabilidade ambiental e modifiquem os seus hábitos comportamentais.

Na área dos resíduos industriais, já foram dados passos importantes, no sentido de infletir o impasse a que se chegou no governo anterior. Assim, foi já garantida por este Governo a implementação do Plano Nacional de Prevenção dos Resíduos Industriais e no próximo dia 16 de Maio teremos a apresentação pública dos resultados do inventário nacional da produção de resíduos industriais, conduzido por seis Universidades portuguesas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os resultados deste estudo de inventariação permitiram já concluir pela necessidade de instalar dois centros integrados de redução, reutilização e reciclagem de resíduos industriais (CIRRR) no território nacional.

Neste momento, encontram-se a ser preparadas as condições para a concessão das licenças de construção e exploração dos CIRRR que garantam, por um lado, a utilização das melhores tecnologias disponíveis e, por outro, um custo de tratamento adequado à situação nacional. O respectivo concurso público será aberto ainda antes do Verão.

Ainda a este respeito, recordo a aprovação, na semana passada, do diploma regulador da gestão de óleos usados, o qual introduz a obrigatoriedade da regeneração destes resíduos industriais perigosos. Este é mais um exemplo do que já foi feito ou está a ser preparado no âmbito dos sistemas integrados de gestão por fileira, os quais, sem excepção, conferem prioridade inequívoca à reutilização, reciclagem ou valorização.

Em matéria de resíduos sólidos urbanos é necessária uma revolução nas práticas das autarquias, das empresas e dos cidadãos que permita consolidar, decisivamente e de forma economicamente sustentável, o abandono das opções de fim de linha, vulgo aterros.

Ciente disto mesmo, este Governo está a preparar uma «estratégia nacional para a redução dos resíduos biodegradáveis destinados aos aterros», estratégia que será apresentada publicamente até ao final deste semestre e que privilegia a criação de mecanismos de recolha selectiva e triagem, garantindo o seu adequado tratamento por processos de valorização orgânica e, residualmente, de valorização energética.

Mas, Srs. Deputados, haverá ainda que trabalhar, muito e rapidamente, em matéria de consolidação dos sistemas de tratamento dos resíduos, sob pena de prejudicarmos o quadro de estabilidade necessário ao investimento competitivo de que tanto precisamos.

O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O XV Governo Constitucional acolheu, de forma assumida, a estratégia em favor do desenvolvimento sustentável adoptada pela União Europeia em Gotemburgo e reafirmada na Estratégia de Lisboa.

Como é do conhecimento desta Assembleia, o Governo considerou a discussão pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) de 2002 insuficiente, tendo decidido que esta deveria dar origem a um plano de implementação (PIENDS), sob a coordenação política do Sr. Primeiro-Ministro e coordenação técnica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

No âmbito dos trabalhos que temos vindo a desenvolver, foram encomendados alguns estudos sobre matérias como a fiscalidade para o desenvolvimento sustentável, a quantificação de metas e objectivos, bem como sobre indicadores de medição de progresso do PIENDS.

Com este trabalho de base — que urgia fazer — pretendemos que esta nova fase da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável se desenvolva de uma forma sustentada, com a aprovação do plano no prazo de um ano.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em matéria de conservação da natureza e ordenamento do território, o Governo encontrou uma situação difícil, com áreas protegidas desclassificadas e com planos de ordenamento por aprovar.

A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade foi aprovada em 2001, mas coube a este Governo dar os primeiros passos no sentido da sua implementação. Em apenas um ano foram colocados à discussão pública seis planos de ordenamento de áreas protegidas e vamos levar a discussão pública, neste segundo ano de Governo, mais 15 planos de ordenamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto à gestão do litoral, vamos aprovar, ainda antes do fim do mês, o plano de ordenamento da orla costeira Sintra-Sado e, no próximo mês, o POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António.

A execução das medidas e acções previstas nos planos de ordenamento da orla costeira irá ser garantida através do Programa Finisterra, cuja execução já está em curso, com intervenções no valor de 25 milhões de euros no presente ano. Ainda nesta área, darei prioridade à reforma dos regimes jurídicos aplicáveis ao litoral.

Quanto ao ordenamento das albufeiras de águas públicas avançou-se com a elaboração de 24 planos, tendo já sido aprovado o relativo a Castelo de Bode; prevê-se a aprovação de mais 13 planos de ordenamento até Dezembro de 2003 e de mais 8 até final de 2004.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Cúpula do sistema de instrumentos de gestão territorial, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é um imperativo legal desde 1999 que urge cumprir. O Governo já assumiu o início dos respectivos trabalhos, sob a orientação de um dos cientistas mais conceituados neste domínio, o Professor Jorge Gaspar.

De forma articulada com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território importa dar um novo impulso aos planos regionais, de modo a constituírem uma base importante e essencial do futuro Quadro Comunitário de Apoio.

Finalmente, não poderia deixar de evocar uma área que me é particularmente cara — os oceanos — e em que Portugal tem tido um papel dinamizador.

Há poucos dias, ao representar Portugal na Comissão do Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque, tive ocasião de salientar o grande empenhamento do nosso país na política dos oceanos, que recebeu do Sr. Primeiro-Ministro um impeto decisivo na Cimeira de Joanesburgo. Exemplo da determinação do Governo nesta matéria relevante foi a criação da Comissão Estratégica dos Oceanos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tenho esperança de que tenham podido, das minhas palavras, perceber o meu entusiasmo em poder ser útil ao País com o meu trabalho numa área crucial para o futuro dos nossos filhos, tentando contrariar a visão pessimista do homem, bem descrita em George Sand:...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

...«A natureza é uma obra de arte que tem em Deus o artista único e no homem apenas um fazedor de mau gosto».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar aos pedidos de esclarecimento, dirigindo-se o primeiro à Sr.^a Deputada Isabel Castro.

Para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Isabel Castro, na sua intervenção, abordou o problema da litoralização e desordenamento do território que, naturalmente, preocupa — ou devia preocupar — o Governo, os Srs. Deputados e o País. E preocupa-nos particularmente a questão do ordenamento da orla costeira e do litoral costeiro do nosso país.

Conhecemos a forma como este Governo tem gerido mal alguns instrumentos concretos do ordenamento do litoral, basta falar em alguns exemplos recentes, bastante mediatisados, como o Parque Nacional da Arrábida (de que o Sr. Ministro também falou), que está ferido formalmente de ilegalidade no que diz respeito à sua discussão; ou o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado, no qual — segundo parece — as propostas e os interesses imobiliários já conseguem impor soluções que passam pela própria desanexação de áreas da Reserva Ecológica Nacional. Estes são, pois, alguns exemplos, entre outros que poderíamos apontar, que revelam a má gestão dos planos de ordenamento do litoral português.

No inicio deste ano, o Governo montou uma operação em torno da apresentação pública do Programa Finisterra, na qual esteve presente, além do

Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o Sr. Primeiro-Ministro e vários outros Ministros.

Do nosso ponto de vista, o Programa Finisterra constitui uma espécie de *flop*, encerrando, aliás, alguns elementos perigosos e pouco transparentes. Por um lado, não cria mecanismos de acompanhamento nem de fiscalização...

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — ... e, por outro lado, estabelece como regras o que deveriam ser excepções — por exemplo, em matérias de expropriações, de desafectações de terreno ou de elaboração de planos de urbanização.

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

O Orador: — Segundo as palavras do Primeiro-Ministro Durão Barroso, com a apresentação do Programa Finisterra, o mar e o litoral eram uma espécie de «constituição não escrita» para o nosso país. Creio, contudo, que o Programa Finisterra é, ou pode ser, um instrumento para rasgar esta «constituição não escrita» que marca, de facto, a identidade do povo português.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Honório Novo, peço desculpa pela interrupção, mas tenho de pedir à Câmara o favor de serem eliminadas as conversas laterais para podermos ouvir cada um dos oradores.

Agradeço imenso a colaboração de todos.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Ou seja, ao contrário do que diz o Primeiro-Ministro Durão Barroso, para o PCP o Programa Finisterra pode constituir um instrumento para destruir essa tal «constituição não escrita» que é a identidade nacional.

Uma vez que não abordou directamente o Programa Finisterra, gostava que a Sr.^a Deputada Isabel Castro nos transmitisse quais são as suas preocupações e, do seu ponto de vista, que objectivos explícitos, implícitos e escondidos descortina no Programa Finisterra.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, em primeiro lugar gostava de dizer que consideramos de enorme importância uma gestão integrada do litoral português, por razões óbvias.

Desde logo, trata-se de uma área de enorme sensibilidade ecológica (não é seguramente por acaso

que aí estão localizados imensos parques naturais e áreas protegidas pela mais-valia ambiental...), bem como de uma área — não vale a pena fazer de conta que assim não é — que tem sido particularmente apetecível e objecto da pressão dos agentes imobiliários. Isto é uma evidência, evidência que se salda, aliás, desastrosamente, como é do conhecimento de todos.

Por exemplo, ao longo de anos, no Parque Natural de Sintra-Cascais, temos observado projectos e construções que constituíram um verdadeiro escândalo nacional e foram propiciados por anteriores governos, no passado. E mesmo quem esteve envolvido nessa decisão acabou por reconhecer os seus impactos extremamente negativos.

Portanto, quando temos um litoral sujeito a pressões enormes, um litoral que tem vindo a sofrer um processo de erosão extremamente acentuado; quando há estudos feitos, nomeadamente pela Universidade do Algarve, que identificam que, em 80 % dos casos, a erosão e o respectivo agravamento resultam de erros humanos e que apontam, tal como a reflexão do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para um problema resultante, em grande medida, de ocupações indevidas, ocupações que têm tido consequências extremamente negativas; quando tudo isto acontece porque têm sido encontradas formas com cobertura política para violar a lei neste domínio (encontramos construções em zonas de risco, em dunas e em falésias, erros que têm sido pagos pelos contribuintes portugueses), naturalmente parece-nos da maior gravidade um programa que, em vez de inverter esta situação, faz algo verdadeiramente espantoso: institucionaliza um regime de excepção; institucionaliza sistemas com falta de transparência; institucionaliza a dispensa de instrumentos que são importantes para a avaliação de projectos, como é a avaliação do impacte ambiental; institucionaliza desafectações, ou seja, incorrectas ocupações de solos, desperdiçando um bem escasso!

É grave termos um programa que é precisamente o contrário do que era esperado.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Não havendo mais oradores inscritos para pedir esclarecimentos à Sr.^a Deputada Isabel Castro, vamos passar aos pedidos de esclarecimento — bastante numerosos, devo acrescentar — dirigidos ao Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, na qualidade de responsável do partido interpellante.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, aproveito para saudá-lo na

sua estreia neste espaço, que ocorre precisamente em resultado de uma iniciativa política de Os Verdes.

Começo por registar a forma como abordou algumas das questões, designadamente os três *dossiers* que diz ter em mãos. Referiu o Sr. Ministro que se encontra nas actuais funções há apenas um mês e eu devo dizer-lhe que, em todo o caso, independentemente desse facto, esta interpelação está a avaliar políticas com mais de um ano — como bem compreenderá, não podia ser de outra forma! Precisamente por isso, Sr. Ministro do Ambiente, gostaria de formular-lhe algumas perguntas.

Em relação a um dos problemas mais complicados, o das alterações climáticas, ouvi-o constatar a situação de desastre em que nos encontramos. Pois bem, a situação é mesmo essa, não vale a pena ignorá-la. Mas referiu o Sr. Ministro que havia três vias possíveis para resolver este problema e eu registei que, ao contrário do seu antecessor (que já tinha optado por um dos caminhos), V. Ex.^a escolheu a última alternativa, que julgo que é a única aceitável dos pontos de vista ambiental, social e económico.

Há, pois, que enfrentar o problema e combatê-lo, utilizando os meios próprios de que dispomos.

Em todo o caso, o Sr. Ministro foi muito pouco claro em relação a uma questão-chave, a dos transportes, na qual é preciso «pôr o dedo na ferida». Para começar, não há uma política de promoção do transporte público, não há um sistema, não há um tarifário; depois, faltam políticas orientadas e não existe, tão pouco, para além da criação de uma autoridade de transportes, um sistema a funcionar em rede; têm sido chumbados incentivos em relação, por exemplo, ao transporte de mercadorias que é feito de forma rodoviária e não há, por exemplo, controle energético do comportamento ambiental energético de cada um dos operadores.

Gostava, pois, que o Sr. Ministro fosse mais claro nesta matéria, porque fugir a ela é, seguramente, fugir à questão e estou em crer que não o quer fazer...

A segunda questão que gostaria de ver clarificada, Sr. Ministro, tem a ver com o ordenamento do território, mais concretamente o litoral. O programa que o Sr. Ministro elogiou contraria e viola tudo o que tem de ser feito, todas as recomendações técnicas e a investigação científica desenvolvida pelas Universidades, nomeadamente pela Universidade do Algarve.

Percebemos que tal se deve a uma descarada e despidorada cumplicide com os interesses imobiliários. Pergunto, então, Sr. Ministro, qual é o seu comportamento nomeadamente em relação a projectos ambientalmente desastrosos que estão colocados em cima da mesa neste momento e sobre os quais desconhecemos o futuro, quer em Sintra-Cascais quer no sotavento algarvio.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente fez saber à Mesa que responderá por grupos de três interpelantes, por uma questão de gestão do tempo disponível para o Governo.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, nesta interpelação sobre ambiente, ordenamento do território e sustentabilidade do desenvolvimento, quero começar por felicitar o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente que, nesta sua vinda, pela primeira vez, ao Parlamento, claramente demonstrou que neste ano de Governo se fez mais do que em seis anos anteriores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, deu ênfase, na sua intervenção, à necessidade de encarar as questões do desenvolvimento, nomeadamente nas suas perspectivas económica, social e de ambiente, com equilíbrio, colocando como primeira meta o desenvolvimento sustentável. Eu não poderia, Sr. Ministro, deixar de reflectir sobre o estado dos planos de ordenamento e de desenvolvimento sustentável com que este Governo se debateu quando tomou posse.

Vou dar alguns exemplos: o programa nacional de política de ordenamento do território foi introduzido com a publicação do novo regime jurídico em 1999 — o anterior governo demorou dois anos e meio apenas para tomar uma decisão, a decisão de mandar elaborar o PNOPOT!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, fico muito satisfeito porque, na sua intervenção, revelou — aliás, na sequência do despacho de 18 de Fevereiro — o estado em que se encontra, de facto, agora a elaboração do programa nacional de política de ordenamento do território.

Quanto aos planos regionais de ordenamento, Sr. Ministro, o facto é que, se nos reportarmos a 1989, a 1988 e até 1994, verificamos que foram, nessa altura, preparados nove planos, dos quais quatro foram aprovados; nos anos seguintes, nem sequer os cinco que tinham ficado elaborados vieram a ser aprovados a não ser na fase final, numa fase que eu diria quase que de delírio legislativo na área do ambiente do governo anterior.

Sr. Ministro, eu poderia continuar com um conjunto de exemplos, mas creio que o fundamental no seu discurso também diz respeito à política nacional de desenvolvimento sustentável. Em 1997, ti-

nham sido assumidos compromissos; Sr. Ministro, foram agora dados passos decisivos e eu queria solicitar ao Sr. Ministro informação sobre a fase em que estão as discussões sectoriais institucionais a que, em boa hora, foi entendido dar andamento na sequência do processo de discussão pública que foi iniciado por iniciativa deste Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, quero começar por saudá-lo em nome do Grupo Parlamentar do PS e desejar-lhe os maiores sucessos no exercício do seu cargo.

O Sr. Ministro veio aqui trazer-nos uma mensagem: a mensagem da estabilidade e da continuidade, mas, Sr. Ministro, não havia pior notícia que pudesse trazer a esta Câmara sobre a política de ambiente e de ordenamento do território!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Porventura, ter-lhe-á passado despercebido, mas ninguém fez um balanço positivo da acção do seu antecessor em matéria de ambiente e de ordenamento do território!!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — «Herança pesada» lhe chamaram os jornais...

O Sr. José Sócrates (PS): — E é verdade!

O Orador: — No entanto, o que o Sr. Ministro se propõe fazer é dar continuidade. Refere alguns lugares-comuns sobre desenvolvimento sustentável, e menciona três *dossiers* em relação aos quais aquilo que nos traz são adiamentos, ausência, na maior parte dos casos, de compromissos concretos e, de permeio, uma referência um pouco indelicada a uma anterior Ministra do Ambiente do PSD, a Dr.^a Teresa Gouveia, mas que, apesar de tudo, serve para o Governo, finalmente, reconhecer que o contencioso comunitário em curso tem origem numa legislação sobre o sector das águas que foi produzida pelo último governo do Professor Cavaco Silva.

De facto, esta intervenção que o Sr. Ministro aqui apresentou confirma o apagamento que foi a sua marca nestas primeiras quatro semanas. E não lhe faltaram oportunidades, Sr. Ministro!

Uma área sob sua tutela, designadamente nas autarquias locais, conheceu já nestas quatro semanas, consigo como Ministro, a maior turbulência.

No entanto, o Sr. Ministro não existiu para esta polémica.

Vozes do PS: — Bem observado!

O Orador: — Essa é a situação a que chegámos: da desvalorização da política de ambiente e de ordenamento do território chegámos agora à inexistência política. Era só o que nos faltava: passar de um ministro que nunca esteve bem na pele de Ministro do Ambiente para um Ministro que não está bem na pele de Ministro!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, isto é tanto mais grave quanto é certo que o seu antecessor teve ocasião, numa célebre entrevista ao *Expresso*, de dizer que os maiores obstáculos à política do Governo estavam no Governo, os maiores obstáculos à política de ambiente!

Precisamos, portanto, de tudo menos de continuidade e de estabilidade!

Precisamos, isso sim, de iniciativa política por parte do Ministro do Ambiente. A inexistência política em matéria de política do ambiente não é neutra — é uma má notícia! É a pior notícia para a política de ambiente, mas é isso, afinal de contas, aquilo que o Sr. Ministro nos traz — a ideia de que, em matéria de política de ambiente, com este Governo, vamos de mal a pior.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer as questões formuladas.

À Sr.^a Deputada Isabel Castro, tenho a dizer, especificamente em relação ao ponto sobre as medidas a adoptar no sector dos transportes para melhorar a eficiência energética, que, na semana passada, se organizou uma discussão com os sectores envolvidos, que estão identificadas as medidas principais e quantificados os potenciais de redução de emissões. Portanto, não é verdade que nada esteja a ser feito. Trata-se de um bloco adicional a inserir no Programa Nacional das Alterações Climáticas (PNAC).

Quanto à questão do envolvimento com interesses imobiliários, lamento, mas não quereria responder a essa questão — acho-a mesmo ofensiva e gratuita.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, em pouco tempo, não poderia, certamente, dar-lhe todos os deta-

lhes que desejaria. Teria o maior gosto nisso, mas não era materialmente possível.

Assumo plenamente a herança do meu antecessor, aderi plenamente ao programa do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não estão em causa duas políticas, a política é a mesma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto à questão comunitária, Sr. Deputado, uma coisa é a teoria e outra é a prática. De facto, o que nos criou problemas foi a prática, não foi o quadro legislativo. O que posso prometer — e já o afirmei na minha intervenção inicial — é que estou a trabalhar intensamente com Bruxelas, tenho esperança de que este contencioso seja encerrado rapidamente e que quero trabalhar na restruturação do sector de forma a que responda às necessidades do País em termos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Sr. Deputado António Nazaré Pereira, peço desculpa por as minhas respostas não terem seguido a ordem pela qual as perguntas foram colocadas.

Relativamente à estratégia de desenvolvimento sustentável, os ajustamentos de que carecemos são ainda muitos ao nível do sector produtivo, mas é uma tarefa que é inadiável, sob pena de o País perder a indústria, a agricultura e de termos graves problemas no sector dos transportes. Portanto, darei, como disse no meu discurso, a maior atenção a essa questão.

Sr. Deputado, eu teria o maior interesse em falar sobre a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável — é uma matéria transversal, que abrange todas as áreas da economia, que envolve a participação de todos os cidadãos, de todas as empresas, de autarcas. Essa participação social é necessária, é inerente à própria noção de estratégia de desenvolvimento sustentável. Teríamos, pois, aqui muito para falar, mas garanto-lhe que voltarei cá para discutir estes assuntos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. e Sr.^{as} Deputadas, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, começamos por saudar a sua presença neste Parlamento e neste debate sobre uma matéria que o Governo que agora representa tem continuamente assumido como uma preocupação menor. Seria positivo que a assunção desta pasta governamental pelo Sr. Ministro significasse uma

efectiva nova atenção sobre esta área em que Portugal acusa carência óbvias e necessidades específicas. Gostaríamos de acreditar que fosse assim, mas não porque as expectativas sejam muito altas — sejamos justos —, porque esta área tem sido colocada pelo seu Governo num patamar muito baixo.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — A derrapagem de mais de 2,6 % da emissão de gases de estufa em Portugal, que permite estimar que, em 2010, estaremos 33 % acima do compromisso de Quioto, demonstra que a exploração e racionalidade dos recursos energéticos no nosso país está a tornar-se insustentável. Gostámos de ouvir aqui, Sr. Ministro, que esta questão do protocolo de Quioto faz parte dos três *dossiers* da sua máxima atenção.

Portugal, que, há vários anos, consegue a enorme proeza, sem par na União Europeia, de ver o consumo de energia disparar em relação ao crescimento económico, encontra-se este ano e agora numa situação absolutamente inédita: o consumo energético aumenta mesmo num ano que sabemos marcado por uma recessão económica, pela crise. Assim, continuamos a ter importantíssimos problemas na qualidade do ar em muitas zonas do País, nomeadamente em zonas urbanas, onde, em vários dias, ultrapassamos os limites estabelecidos no que toca às partículas inaláveis e ao dióxido de carbono e ao azoto. A gravidade desta situação, evidentemente, Sr. Ministro, espelha bem a incapacidade de gestão dos recursos energéticos, em particular nos transportes, no consumo de electricidade e na indústria.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Os últimos dados indicam, como o Sr. Ministro deverá saber, que a indústria britânica está a reduzir três vezes mais do que era previsto a emissão do dióxido de carbono, contrastando, em conjunto com a Alemanha, com os falhanços de Portugal no cumprimento de Quioto.

A Oradora: — E, Sr. Ministro, para um Governo tão ávido em encontrar nos trabalhadores e no que diz respeito a ser reduzida a sua produtividade explicações para a fraca competitividade da economia nacional, era bom que as políticas de Londres lhe servissem de exemplo nas matérias em que têm, efectivamente, lições a dar-nos.

Estranhamos, no entanto, que o Sr. Ministro aqui tenha vindo inverter as razões deste problema, agitando, mais uma vez, o fantasma da protecção de uma indústria desactualizada e desajustada como única defesa para os empregos nacionais; pelo contrário, quanto mais competitiva for a indústria mais ela cumprirá, certamente, as metas de Quioto.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — A redução do desperdício energético é uma condição para a competitividade das empresas e da economia. A não ser, claro, que venha aqui explicar-nos que a pouco poluente indústria inglesa é menos competitiva do que a portuguesa!

Perante este cenário, Sr. Ministro, convinha que explicasse nesta Câmara (e é para isso que serve este debate — para a explicação, para a clarificação e a informação) que medidas...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, o seu tempo esgotou.

A Oradora: — Terminei já, Sr. Presidente.

... que medidas tem previstas para combater este gritante exemplo de incumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, e que o dissesse de uma forma clara. Com certeza que não serão estas questões a que aludi na sua resposta anterior...

O Sr. Presidente: — Como já tinha alertado, o seu tempo terminou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — O Sr. Ministro chegou tarde e a más horas às políticas ambientais. E, hoje mesmo, não sei se já chegou!

Aquando da sua tomada de posse, o antigo líder do seu partido Prof. Marcelo Rebelo de Sousa disse: «devia ir para a Secretaria de Estado da Economia ou das Finanças porque é um técnico destas áreas; não percebe nada de ambiente». Podia ter sido cruel, Sr. Ministro, mas, pela sua intervenção, Sr. Ministro, não me pareceu injusto.

Sr. Ministro, vou colocar-lhe algumas questões e peço respostas claras.

Ao fim de um ano, ainda não nos trouxe o inventário de resíduos. É evidente que o Governo dá pouca importância à questão, porque já tomou a decisão de tratar os resíduos industriais perigosos em aterros.

A questão que quero colocar, Sr. Ministro, é a seguinte: quantos existem e onde estão?

Protestos do PSD.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à política da água, o Governo disse que ia privatizar. E eu pergunto, claramente, ao Sr. Ministro: vai privatizar o quê, quando e com que implicações?

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à lei da água, o Governo anterior deixou uma lei pronta. O anterior ministro

disse que ia apresentá-la rapidamente e o Sr. Ministro veio também aqui anunciar que vai apresentá-la rapidamente. O que é que quer dizer com «rapidamente»? Quando é que toma essa decisão? Quando é que, finalmente, temos a lei da água?

Sr. Ministro, também gostava de saber se vai parar definitivamente com a política de cedências que está instalada no seu Ministério.

Coloco-lhe ainda outra questão: vai proteger a lagoa da Vela ou vai ceder aos apetites imobiliários e à construção de um campo de golfe?

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Vai satisfazer que compromissos, Sr. Ministro? Vai proteger a mata de Sesimbra ou vai permitir a existência de uma sementeira de betão nessa mata?

Sr. Ministro, em relação às minas abandonadas, é caótico o estado em que se encontram. O governo anterior iniciou um processo de recuperação. O que é que se passa com essa questão, Sr. Ministro?

Sr. Ministro, a cada iniciativa do PS o Grupo Parlamentar do PSD responde que o Governo está a preparar uma medida. O Governo veio hoje aqui contribuir para aumentar a lista de medidas a tomar em breve. Quando é que finalmente governam? Quando é que finalmente tomam as medidas necessárias ao ambiente em Portugal?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, gostaria de colocar-lhe algumas questões muito concretas sobre as políticas do seu Ministério quanto a uma matéria central (quanto a isto todos estamos de acordo): a do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, com as suas valências de reserva estratégica de água, de regadio agrícola, de turismo, de produção de energia limpa, etc.

Gostaria, pois, de lhe fazer algumas perguntas em relação a uma questão cujo tratamento é da sua responsabilidade directa e que está sob a sua tutela, que tem que ver, exactamente, com a fiscalização desta grande albufeira. A Direcção Regional do Ambiente do Alentejo não tem pessoal suficiente para fazer face à manutenção e fiscalização desta albufeira, pelo que lhe pergunto qual é a política concreta do seu Ministério em relação a esta matéria.

Outra questão central tem a ver com o regadio agrícola. Todos temos conhecimento do que foi dito pelo seu antecessor em Alqueva, em contradição com o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em relação ao avanço do regadio e ao financiamento do mesmo. Gostaria,

pois, de saber — espero que já tenha lido devidamente o *dossier* e que tenha concertado posições sobre esta matéria — o que pensa em relação ao avanço do regadio e se há cruzamento de dados, de intenções e de políticas com o Ministro da Agricultura, para incrementar esta valência extremamente importante para o Alentejo e para o desenvolvimento do País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria ainda de me referir a uma questão e de saber da disponibilidade de V. Ex.^a em relação à mesma.

O PCP requereu, na Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente, em Novembro do ano pausado, uma ida dos Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente àquela comissão para explicar estas questões de fundo e para nos expor a situação. Essa ida ainda não foi possível; uns dizem que é por falta de agenda dos ministros, outros dizem que é por incompatibilidade dos Ministérios e dos próprios Ministros. Sem fazer qualquer juízo de intenção sobre esta matéria, gostaria de saber qual é a disponibilidade do Sr. Ministro para se deslocar à Comissão.

Em relação ao Sr. Ministro da Agricultura, aproveitei a presença do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para lhe pedir que conjugue esforços no sentido de se atingir o desiderato de ouvir na Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente os dois ministros sobre a questão de Alqueva, que tão importante é para o desenvolvimento regional e para o País.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vamos lá ver se, finalmente, será possível!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, dispondo do tempo máximo de 5 minutos.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Rodeia Machado devo dizer que o primeiro encontro que devo ter realizado desde que cheguei ao Ministério foi com os responsáveis da EDIA. Trata-se de um problema que me preocupa, pelo que estou disponível para ir à respectiva comissão parlamentar. Tenho estado em contacto com o Sr. Ministro da Agricultura e logo que seja possível marcar-se-á a reunião.

Aplausos do PSD.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares trata disso!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Exactamente. Será marcada a reunião.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quem espera seis meses, espera mais um!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, tem a palavra para continuar a responder.

O Orador: — As questões levantadas pela Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias são extremamente pertinentes. Estive a ver as estatísticas, a comparar a evolução do PIB com o consumo de energia e é extremamente alarmante, neste momento, numa situação de abrandamento da economia, o diferencial entre o crescimento do PIB e o crescimento do consumo de energia, quer total, quer primária. Portanto, há, certamente, que dar uma atenção particular a este assunto.

Chamo, no entanto, a atenção para a observação feita pela Sr.^a Deputada em relação à manutenção de sectores que considera obsoletos ou típicos de uma economia atrasada. Mencionei esses sectores e vou continuar a fazê-lo, porque, com certeza, a Sr.^a Deputada não quer que eu seja responsável pelo aumento do desemprego.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Já basta o que existe!

O Orador: — Mas isso não impede que o Governo chame a atenção dos empresários e colabore com eles no sentido de serem introduzidas tecnologias mais eficientes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quero também agradecer as questões que o Sr. Deputado Renato Sampaio colocou, e chamo-lhe a atenção para o seguinte: em relação ao inventário de resíduos, disse na minha intervenção que no dia 16 de Maio serão divulgados os resultados do estudo. Creio que esta é uma resposta satisfatória.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Vai para a lista de medidas a tomar!

O Orador: — Sobre a questão dos centros integrados de redução, reutilização e reciclagem de resíduos industriais (CIRRR), está identificada a necessidade de serem instalados dois. Mas não posso antecipar a sua localização...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Não pode antecipar?!

O Orador: — Sr. Deputado, sou obrigado a lançar concursos públicos, por isso não vou antecipar a localização dos centros. Não posso alterar a lei, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Pode, pode!

O Orador: — Sr. Deputado, sozinho não posso alterar a lei, pois, em matéria de concursos públicos, tenho uma disciplina comunitária a respeitar.

Quanto à lei da água, o Sr. Deputado acusa-nos de andar devagar. Sabe que a última lei da água data de 1919, trata-se de uma lei secular. Portanto, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que vou devagar porque tenho pressa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mais vale que as coisas sejam feitas adequadamente do que de forma atabalhoadas para depois estarmos a fazer remendos na legislação. Este País sofre de um problema crónico de confusão legislativa, com o qual é preciso acabar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Diga alguma coisa de concreto, de palpável, Sr. Ministro!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, antes de mais quero saudá-lo e desejar-lhe sorte nas suas novas funções.

Em primeiro lugar, gostava de dizer que esperávamos um pouco mais de V. Ex.^a. Vir à Assembleia da República fazer um discurso, não usando sequer o tempo que lhe estava destinado...

Protestos do PSD.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Local (Miguel Relvas): — A quantidade não prevalece sobre a qualidade!

O Sr. Presidente: — Quem está no uso da palavra é o Sr. Deputado Ascenso Simões. Peço aos Srs. Deputados que se moderem.

O Orador: — Não responder, utilizando o *black out* muito habitual nas questões do futebol, penso que não é adequado nesta Câmara.

Sr. Ministro, gostava de lhe fazer uma pergunta relativa a uma notícia difundida pela *Lusa* em 28 de Abril. V. Ex.^a, referindo-se aos navios anti-poluição, disse: «Prevê-se a aquisição de dois navios, mas ainda não está decidido se vão ser comprados ou construídos».

Penso que saberá — V. Ex.^a tem dois secretários de Estado que já vêm da equipa ministerial anterior — que o Sr. Ministro de Estado e da Defesa disse aqui, no Parlamento, que estes navios iriam ser construídos pelos estaleiros de Viana do Castelo.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — Sr. Ministro, estamos perante uma situação de não compatibilização dos interesses do Ministério do Ambiente com os do Ministério da Defesa. Gostávamos, pois, que V. Ex.^a dissesse se já se acertou com o Sr. Ministro da Defesa relativamente à construção destes navios.

Sr. Ministro, a segunda questão que considero ser importante focar neste debate, até porque V. Ex.^a praticamente não se referiu às questões do ordenamento do território, diz respeito às áreas metropolitanas, às comunidades urbanas e às comunidades intermunicipais.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É que o ex-Ministro Isaltino Morais disse, a determinada altura, ao jornal *Público* que os autarcas sofrem de novo-riquismo. Quem poderia tê-lo dito senão o ex-Ministro Isaltino Morais...?

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Pela boca morre o peixe!

O Orador: — Disse também que «o esqueleto jurídico da lei não contém elementos suficientemente diferenciadores dos casos em que devem ser criadas áreas metropolitanas e comunidades urbanas».

Ora, perante esta confissão do anterior ministro — e no debate aqui travado alertámos para a insuficiência da lei —, gostaríamos de saber se, efectivamente, V. Ex.^a vai alterar a lei. Que solução, que comportamento, que caminho vamos seguir relativamente à constituição das comunidades intermunicipais?

Por último, Sr. Ministro, gostaria de regressar a uma questão já levantada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que diz respeito ao diferendo com Bruxelas. Quando é que teremos a solução para o diferendo? Quanto é que vamos perder em termos de fundos comunitários? Já perdemos muitos milhões de euros e precisamos de saber quanto é que vamos perder com a incompetência do vosso Governo para resolver um problema que se mantém há mais de um ano por vossa exclusiva culpa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Paiva.

O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, as minhas primeiras palavras são para

cumprimentar V. Ex.^a, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, saudando esta sua primeira passagem por este Plenário, mas sobretudo felicitando-o e congratulando-me pela forma séria, clara e rigorosa como está a abordar uma temática tão importante como esta.

Sr. Ministro, é do conhecimento público, e V. Ex.^a também o referiu, que as candidaturas do sector empresarial do Estado nas áreas de abastecimento de água, saneamento básico e recolha e tratamento de resíduos não têm vindo a ser aprovadas em Bruxelas.

Ora, estamos habituados a ouvir neste Parlamento, e nos últimos meses, uma profusa retórica, designadamente da parte do Partido Socialista, acusando o XV Governo Constitucional de não estar a executar os fundos comunitários e, em particular, o Fundo de Coesão.

Confesso que tenho alguma dificuldade em entender como é que é possível aplicar o que não existe, porque não está disponível. Mas, já agora, gostaria de tentar perceber os contornos do processo de contencioso comunitário, que nos tem vedado o acesso a esses fundos.

Em concreto, Sr. Ministro, pergunto a V. Ex.^a o seguinte: qual a razão da divergência entre o Estado português e a Comissão? Qual o ponto da situação do processo neste preciso momento? O que vai acontecer a cerca de 300 milhões de euros, que ficaram bloqueados? Que consequências estima V. Ex.^a que tal situação possa ter no horizonte do cumprimento do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — São estas questões concretas que o cidadão comum quer ver aqui colocadas e respondidas e que o cidadão comum quer entender — e tem direito a isso!

Que outros tenham tentado e continuem a tentar ocultar os problemas com palavreado, com demagogia e com encenação é um problema que eles próprios têm de resolver.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Para lá de tudo isto, Sr. Ministro, está a necessidade de trabalhar com grande dedicação e sentido prático. Apraz-me registar que é precisamente essa postura que V. Ex.^a defende e assume.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pina Marques.

O Sr. Pina Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, o Programa Polis assentava, supostamente, numa nova política

para tornar as nossas cidades modernas, criativas, dinâmicas, abertas ao investimento e à inovação. Em suma, traduzia-se numa forma de melhorar a qualidade de vida, o ambiente urbano e, naturalmente, o bem-estar dos cidadãos.

O despacho n.º 5103/2003, de 15 de Março, determina que as sociedades Polis procedam à reprogramação financeira total das respectivas intervenções no sentido de reforçar a necessidade do rigor financeiro e de contenção de custos.

A comunicação social tem divulgado notícias sobre a existência de dificuldades financeiras quanto à execução deste programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades e referido atrasos em algumas das suas intervenções.

Gostaríamos que V. Ex.^a nos informasse relativamente à problemática à volta deste programa de requalificação urbana e que medidas estão a ser equacionadas e adoptadas para ultrapassar estas dificuldades.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ascenso Simões, quanto à questão dos navios, mais uma vez temos de nos lembrar que há um determinado enquadramento legal em matéria de concursos públicos. Não se trata de fazer navios de guerra!

O Sr. Ascenso Simões (PS): — O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional não sabe disso!

Protestos do PSD.

O Orador: — Não, Sr. Deputado, não se trata de fazer navios de guerra! São navios que terão financiamento comunitário.

O Sr. Deputado pode interpretar o que eu disse em Nova Iorque como quiser, mas o que importa é que tenhamos dois navios.

Certamente que estou preocupado em defender a economia nacional!

O Sr. José Sócrates (PS): — Mas está decidido ou não?

O Orador: — Haverá dois navios!

Aliás, o Sr. Deputado Ascenso Simões pôs em dúvida a colaboração entre mim e o Sr. Ministro da Defesa, mas está completamente errado! A minha intenção, que foi anunciada em Nova Iorque, foi tomada em consonância com o Sr. Ministro da Defesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Sócrates (PS): — É em Viana do Castelo ou não?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Está resolvido! O Sr. Ministro já anunciou!

O Orador: — Quanto à questão das áreas metropolitanas e das comunidades urbanas, Sr. Deputado, as leis acabaram de ser promulgadas. O Sr. Deputado já quer alterá-las?!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — É ridículo!

O Orador: — Voltamos à questão de há pouco: produzimos muita legislação, mas depois não a executamos.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — É a herança de Isaltino!

O Orador: — Relativamente ao diferendo com Bruxelas, Sr. Deputado, já afirmei na minha intervenção inicial que estava a tratar dessa questão e tenho esperança que ela seja resolvida muito rapidamente. Tenho boas razões para o supor e, portanto, com o arquivamento da questão, os fundos serão libertados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não pense que não estou preocupado com essa questão dos fundos. Trata-se de uma questão essencial para levarmos a cabo os vultuosos investimentos no sector das águas em que temos de gastar alguns biliões de euros — muito mais do que aquilo que senhores tinham estimado.

Sr. Deputado Miguel Paiva, agradeço muito a questão que me colocou relativamente às sociedades Polis. Estamos a fazer o levantamento da situação e estou certo de que poderemos continuar com este instrumento muito valioso para a requalificação das cidades. Haverá, no entanto, que ter em conta a eficiência dos recursos utilizados e o rigor financeiro. Mas vamos continuar com o Programa e vamos empenhar-nos na sua realização até ao fim, envolvendo investimentos também extremamente vultuosos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não há dúvida de que o País se confronta com problemas ambientais muitíssimo gra-

ves, que requerem uma acção que ataque os problemas e que haja vontade de resolvê-los, coisa que não tem acontecido.

O problema é que, pelo que já tivemos oportunidade de ouvir na intervenção que proferiu neste debate, podemos concluir que o Sr. Ministro não trouxe absolutamente nada de novo! Apenas disse «vamos fazer, estamos a preparar coisas», coisas que já passaram por diferentes prazos assumidos e que, de facto, custam e tardam a aparecer!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — E, sabe, Sr. Ministro, a inércia é que caracterizou o primeiro ano de governação PSD/PP. Os únicos aspectos que foram apontados como positivos no vosso primeiro ano de governação foram a Linha SOS-Ambiente, onde se pode fazer denúncias 24 horas por dia, mas onde depois não se dá sequência à resolução dos problemas, como os senhores bem sabem,...

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente (José Eduardo Martins): — Isso não é verdade!

A Oradora: — ... e a suspensão da co-incineração.

Na verdade, os senhores determinaram que não há co-incineração e, depois, determinaram também que não há incineração dedicada — muito bem, dizem Os Verdes. Mas há nisto uma incongruência muito grande: é que, entretanto, os senhores, simultaneamente, decidiram aumentar as operações de incineração para os resíduos sólidos urbanos.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Onde?!

A Oradora: — Pergunto-lhe, pois, se é verdade que o Sr. Ministro e este Governo admitem instalar um incinerador para resíduos sólidos urbanos no concelho de Anadia para servir o centro do País. Se, de facto, admitem essa possibilidade, na nossa perspectiva, Sr. Ministro, isso é muito, mas muito, grave!

Por outro lado, voltando ainda à questão dos resíduos industriais, o então Sr. Ministro Isaltino de Moraes referia, em Outubro de 2002, que já tinha em vista a localização de um aterro para esses resíduos. Tivemos oportunidade de consultar o plano de ordenamento para o Parque Natural da Arrábida e verificámos que está lá expressamente prevista a possibilidade de instalação de aterros.

Pergunto-lhe, concretamente, Sr. Ministro: admite a possibilidade de instalação de aterros para resíduos industriais no Parque Natural da Arrábida? É que se admite, Sr. Ministro, isso é muitíssimo grave!

Seguidamente, gostaria de referir-me à questão da água.

Diz o Sr. Ministro que a privatização é uma questão de somenos importância. Mas não é, Sr. Ministro!

Como sabe, em Portugal, as experiências de concessão a privados têm dado muito maus resultados!

Além disso, olhar a água numa óptica de assegurar direitos às pessoas ou na óptica de lucro e mercadoria é uma perspectiva radicalmente diferente, que produz resultados totalmente diferentes.

Por fim, relativamente ao contencioso com Bruxelas, o ex-Ministro Isaltino de Moraes referiu, em sede de comissão parlamentar, que se este contencioso não estivesse resolvido até Abril de 2003 (já passou!) comprometiam-se, em definitivo, os objectivos para 2006 relativamente aos índices de abastecimento e tratamento de água. Gostava de saber se esses compromissos estão ou não prejudicados.

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente. Sr. Ministro, começo por cumprimentá-lo pessoalmente e desejar-lhe os maiores êxitos no desempenho do seu novo cargo.

Deixe-me confessar-lhe, porém, que quando ouvi a sua intervenção, ao contrário de alguns colegas aqui presentes, a sensação que me deu foi que estava perante a apresentação de um novo programa ambiental, de um novo governo.

Só que, Sr. Ministro, infelizmente, do meu ponto de vista, este não é um Governo novo. Ou seja. V. Ex.^a é novo no cargo, mas o Governo de que faz parte já está bem velho de ideias e bem velho de capacidade política, como aliás se prova pelo pouco mais de zero que fez em política ambiental.

Por exemplo, Sr. Ministro, ao contrário do que diz o Sr. Deputado Pina Marques, julgo que seria interessante saber por que é que estão quase paralisados os Programas Polis no nosso país, e que incidências é que isso pode ter na perda eventual de fundos comunitários, matéria em que, talvez, o Sr. Ministro esteja mais à vontade para falar.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Uma outra questão interessante seria a de conhecer das razões pelas quais está completamente paralisado ou esquecido o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

O Sr. Primeiro-Ministro já não se encontra presente, mas talvez fosse ele a pessoa indicada para dar essa resposta, uma vez que se comprometeu, pessoalmente e publicamente, em empenhar-se para desenvolver o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Só que, como ele já cá não está, não sei se o Sr. Ministro é capaz se nos dizer em que «gaveta governamental» é que está esse Plano.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Finalmente, Sr. Ministro, falemos um pouco sobre o claro desastre que resulta do incumprimento dos compromissos assumidos em Quioto.

Sabe-se que o consumo energético aumentou 8 % em 2002; sabe-se que a emissão de gases com efeito de estufa cresce de forma absolutamente incontornável, ou seja, 2 % a mais em 2001 e 37 % desde o início da década de 90 — não é nos últimos 6 anos, é desde a década de 90!; há também uma previsão de crescimento de mais 27 % até 2010; e ainda uma ultrapassagem de cerca de 1/3 nos limites impostos pelo Protocolo de Quioto.

Portanto, Sr. Ministro, este é o quadro do desastre! Por isso, é importante que, do ponto de vista político, se saiba quem são os responsáveis e por que é que nos levaram a este quadro.

Como também era importante, Sr. Ministro — uma vez que se encontra presente um membro do Governo ligado ao Ministério da Economia —, que alguém nos falasse sobre as medidas concretas para combater o desperdício e a ineficiência energética na economia, na indústria e nos transportes e que referisse que medidas concretas tem o Governo para os controlar.

Sr. Ministro, V. Ex.^a acha politicamente aceitável que só hoje o Governo venha confirmar que vai haver um plano nacional sobre alterações climáticas, a ser aprovado, eventualmente no final deste ano? Acha que isto é politicamente aceitável, face ao quadro de desastre em que vivemos? Nós achamos que não!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, a política é a mesma; não houve inércia, houve muita coisa que foi feita no primeiro ano do Governo, que está publicada, e eu continuarei a esforçar-me para lhe dar continuidade.

Quanto à questão do aterro na serra da Arrábida, não percebo onde é que a Sr.^a Deputada foi encontrar essa informação. O que lhe posso dizer é que, enquanto eu for ministro, não haverá aterros para resíduos sólidos urbanos na serra da Arrábida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Nem para resíduos industriais!

O Orador: — Quanto ao contencioso com Bruxelas...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — E o incinerador da Anadia?!

O Orador: — Quanto ao contencioso com Bruxelas, creio que já respondi a essa questão.

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Muito bem! Já respondeu duas vezes!

O Orador: — Não gosto de antecipar resultados em relação àquilo em que não intervenho directamente. Como sabe, essas decisões são tomadas pela Comissão Europeia, portanto não vou antecipar aquilo que... O assunto está agendado para muito breve. Mas aquilo que lhe posso dizer é que tenho razões para esperar que vamos ter uma conclusão positiva deste contencioso.

Mas, Sr.^a Deputada, não fomos nós que o criámos!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se o conseguirmos resolver, creio que agimos muito mais depressa do que o Governo anterior.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Honório Novo...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Não vai responder sobre os incineradores?!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, V. Ex.^a já fez as suas perguntas. Aguarde as respostas.

O Orador: — Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Honório Novo, insisto que se trata do mesmo Programa de Governo. Foi a esse Programa que aderi e é esse Programa que cumprirei.

Relativamente aos Programas Polis, há vários problemas. Muitas das assembleias gerais não puderam aprovar os planos de investimento e os relatórios de actividades, porque há questões em aberto.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — E há o problema do IVA!

O Orador: — Há uma insuficiência de orçamentação,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Porque é que há uma insuficiência de orçamentação?!

Vozes do PSD: — Quem é que a criou?!

O Orador: — ... há a questão do IVA...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Que fundos comunitários é que vamos perder, Sr. Ministro?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está no uso da palavra!

O Sr. António Filipe (PCP): — Nós deixamo-lo falar, ele é que não fala!

O Sr. Presidente: — Peço a todas as bancadas que deixem o Sr. Ministro falar.

Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

O Orador: — Sr. Deputado, a questão do IVA não é simples. Não ignora, certamente, que há uma directiva comunitária, pelo que não poderemos aplicar as taxas que quisermos. Aliás, os senhores quiseram substituir a sisa pelo IVA e não o conseguiram.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não tiveram foi coragem!

O Orador: — Sabem perfeitamente porquê.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Exactamente!

O Orador: — Quanto à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, lembro aquilo que disse há pouco, ou seja, que ainda na semana passada houve uma reunião no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, estando elencada uma série de medidas que melhorarão a eficiência energética do sector. Posso citar-lhe algumas, como, por exemplo, melhoria de eficiência energética dos sistemas de oferta de energia, com o objectivo de aumento, até 2010, de 18 %, a nível da União Europeia, de geração de electricidade a partir de sistemas de co-geração, estando o potencial de redução de milhões de toneladas quantificado; melhoria de eficiência energética do sector electroprodutor, com o objectivo de redução das perdas de electricidade nas redes de transporte e distribuição, com uma redução, até 2010, de 9,3 % para 8,6 % da taxa de perdas de energia emitida na rede.

Sr. Deputado, se quiser, dou-lhe cópia deste documento, do qual consta uma lista de medidas que permitem dar eficiência energética ao sector.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, é para solicitar à Mesa que providencie junto do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares ou do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente a disponibilização do documento que o Sr. Ministro acabou de identificar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Está na Internet!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o próprio Sr. Ministro disponibilizou-se para o entregar ao Sr. Deputado.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A inevitável demissão do anterior Ministro do Ambiente, com toda a sua dimensão de escândalo, não deve abafar um outro facto não menos importante: o balanço profundamente negativo que tem de ser feito deste primeiro ano de Governo, um ano de gravíssimo retrocesso nas políticas de ambiente e de ordenamento do território.

Aplausos do PS.

É sempre confrangedor quando um governante se despede e não deixa quase nada que mereça ser recordado.

Mas o certo é que, desta vez, jornalistas, ambientalistas e comentadores de todos os quadrantes estabeleceram entre em si um consenso invulgar: o ano que passou foi mesmo um ano perdido para a política de ambiente.

Aplausos do PS.

Ninguém registou, neste primeiro ano de Governo, nenhuma daquelas grandes iniciativas políticas que sempre se esperam da frescura de um início de mandato ou...

Vozes do PSD: — E nos seis anteriores?!

O Orador: — ... novas iniciativas que fizessem a política de ambiente andar para a frente em Portugal, como sempre sucedeu no passado.

Pelo contrário, o Ministério do Ambiente, antes conhecido pelo seu dinamismo, praticamente parou, com muitos dos seus projectos paralisados, atingidos pelo desnorte, pela falta de ambição e de coragem ou vitimados pelo estrangulamento financeiro.

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Orador: — Mas o que mais impressiona é, sem dúvida, a desvalorização das políticas de ambiente e de ordenamento do território a que temos vindo a assistir, o manifesto enfraquecimento do Ministério do Ambiente e, sobretudo, a atitude de recuo sistemático, de cedência constante e de verdadeira capitulação da política de ambiente.

Aplausos do PS.

Este recuo está, aliás, à vista de todos.

Como aqui afirmou o PS na altura própria, a desvalorização do ambiente começou bem cedo, logo na

formação do Governo: o Ministro do Ambiente foi atirado para o último lugar na hierarquia do Executivo; o ambiente foi relegado para um canto na agenda e até na própria designação do novo Ministério das Cidades; e a política de ambiente perdeu ambição no Programa do Governo, desapareceu das prioridades do Executivo e, manifestamente, perdeu força política para influenciar as diferentes políticas sectoriais. Os sinais da desvalorização do ambiente estavam lá todos, desde o princípio.

Até que um dia, um célebre dia, o próprio Ministro do Ambiente, em entrevista ao *Expresso*, confessou, com a maior naturalidade, que, bem vistas as coisas, os maiores obstáculos à política de ambiente estavam no interior do próprio Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O caso do novo regime do licenciamento industrial é paradigmático do enfraquecimento deste Ministério. O então Ministro ainda tentou mostrar-se forte e veio aqui garantir, nesta Assembleia, que o novo regime do licenciamento industrial jamais traria uma nova redução dos prazos para avaliação do impacte ambiental. Mas, quando se fala de leis, a verdade acaba sempre por vir ao de cima no *Diário da República*. E, há dias, pudemos todos verificar que, afinal, o Governo acabou mesmo por reduzir esses prazos de 140 para 120 dias e daí, eventualmente, reduzi-los ainda mais para 80 dias — com consulta pública incluída e tudo —, favorecendo, assim, os famigerados deferimentos tácitos e as agressões ambientais das indústrias mais poluentes.

Aplausos do PS.

Foi um Ministério do Ambiente fraco que vimos quando o próprio Governo promoveu a especulação imobiliária no caso da Falagueira, ameaçando as normas do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa; como foi um Ministério do Ambiente fraco que vimos subalternizado na crise do petroleiro *Prestige* e que consentiu desastradamente no adiamento da construção de um navio de combate à poluição marítima, por imposição de uma nova e imprudente programação estabelecida pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

Mas aos sinais de fraqueza do Ministério do Ambiente no interior do Governo juntaram-se os seus sistemáticos recuos por opção própria, transmitindo a ideia de um Ministério em debandada da frente de combate.

Tudo começou — é bom lembrá-lo — no abandono da co-incineração, onde o Governo cedeu com estrondo às pressões locais, mesmo sem ter uma alternativa para enfrentar o problema.

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Um longo ano depois, já ninguém duvida da mais dramática consequência dessa decisão irresponsável: o País ficou sem qualquer solução para o tratamento dos resíduos industriais perigosos, que continuam por aí a ameaçar de forma gravíssima o ambiente e a saúde pública.

Aplausos do PS.

Depois, foi o que se sabe: das Torres de Ofir, que o Governo não teve coragem de demolir, às construções clandestinas na Ria Formosa, que decidiu preservar, na sua maior parte.

Até os alemães do Meco e os promotores imobiliários que lhes sucederam — e que sempre tiveram a oposição firme do anterior governo — obtiveram agora, com surpreendente facilidade e rapidez, um acordo que permite encher de betão uma parte importante da mata de Sesimbra e fazer daquele espaço natural aquilo a que o Ministério das Cidades, porventura, chamará «uma nova centralidade».

Aplausos do PS.

Outros empreendimentos imobiliários em rota de colisão com os valores ambientais, igualmente travados pelo governo anterior, subitamente obtiveram luz verde: da lagoa da Vela, na Figueira da Foz, às Fontainhas, no Litoral Alentejano, e do golfe no que resta da mata de S. João da Caparica aos empreendimentos nas margens da albufeira de Castelo de Bode.

Até a própria Reserva Ecológica Nacional chegou a ser apontada pelo Ministro do Ambiente como um «ónus» de que é preciso «libertar» o interior, para permitir o seu «desenvolvimento».

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E assim, sempre disponível para ceder, o Ministério do Ambiente aceitou mesmo prescindir das suas responsabilidades e submeter os seus dirigentes, os seus serviços, e, portanto, as suas políticas, às câmaras municipais. Directores de áreas protegidas e presidentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional ficaram submetidos ao veredito soberano dos presidentes de câmara, como se o Governo pudesse ser dispensado de garantir que os serviços da administração central são liderados por quem é verdadeiramente capaz de executar a política democraticamente legitimada pelo voto dos portugueses.

Aplausos do PS.

E foi assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que se confundiu a cooperação, que é, obviamente, necessária, entre o poder central e o poder local,

com uma absurda subversão da hierarquia administrativa, a total confusão de legitimidades...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e a pura e simples sujeição aos interesses locais.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este ano não foi apenas de recuos sucessivos e sistemáticos na política de ambiente, foi também um ano de estranha inacção.

A lei-quadro da água, que o actual Governo recebeu pronta, permanece na gaveta há mais de um ano e com ela bloquearam a reforma do sistema institucional de gestão dos recursos hídricos e a transposição da directiva-quadro da água.

No sector das águas, de resto, o Governo instalou o desnorte e a confusão. Começou por prometer aos quatro ventos a privatização do sector, sem explicar como, nem quando. Acabou por nomear para o efeito dois grupos de trabalho, porque os diferentes ministros não se entendiam, e ainda hoje não se sabe ao certo com que mandato e menos ainda com que resultados.

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Enquanto isso, permitiu que se arrastasse por longos meses um injustificado contencioso comunitário e perdeu, assim, muitos milhões de euros de fundos comunitários para Espanha, que não é certo que consiga alguma vez recuperar.

Aplausos do PS.

Deixou também derrapar os investimentos em curso e teve, por isso, de confessar, ao fim deste ano desastrado, que falhou no objectivo prioritário da política de ambiente em Portugal. As decisivas metas programadas para 2006 em matéria de abastecimento de água e saneamento de águas residuais já não vão ser alcançadas.

O Sr. José Magalhães (PS): — É incrível!

O Orador: — Da efectiva execução da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade nem se ouviu falar. Nenhuma, rigorosamente nenhuma das suas metas calendarizadas foi cumprida no ano que passou. O plano sectorial de gestão territorial da Rede Natura pura e simplesmente não anda.

As alterações climáticas, que, aliás, já não tinham merecido sequer uma linha no Programa do Governo, não mereceram maior atenção na sua acção concreta.

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Orador: — E o mesmo aconteceu com a reforma do imposto automóvel e com outras medidas necessárias ao reforço da componente ambiental das políticas de transportes e de energia. A própria Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que esteve em discussão pública há quase um ano, parece caída num poço sem fundo e por lá esquecida.

Infelizmente, no ordenamento do território, o panorama não é melhor. O programa nacional de ordenamento do território, que as Grandes Opções do Plano prometiam para Junho, foi adiado; os planos regionais em elaboração ou revisão marcam passo; e mesmo o bém intencionado Programa Finisterra, que foi vendido como uma aposta para uma intervenção integrada no litoral, vai mostrando a sua verdadeira face de mera operação de cosmética, que nada acrescenta à programação já estabelecida nos planos de ordenamento da orla costeira, a não ser um controverso quadro jurídico, que, aliás, não passou ainda do imenso mundo das intenções do Governo.

Mas onde o fracasso é, porventura, mais surpreendente é na política de cidades. Quem poderia imaginar que um Governo que criou um Ministério para as Cidades não cuidasse de ter, ao menos, uma iniciativa para dar corpo à ideia e fazer jus ao nome?! Mas a verdade é que, ao fim de um ano, nada.

Mesmo o Programa Polis, criado pelo governo do PS e implementado por todo o País com reconhecido dinamismo, entrou agora em derrapagem e tem já muitos dos seus calendários irremediavelmente comprometidos.

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Orador: — Até o «Dia sem Carros» teve agora, com este Ministério das Cidades, o seu primeiro fracasso, com a exclusão das duas maiores cidades do País, Lisboa e Porto.

O Sr. José Magalhães (PS): — É incrível!

Aplausos do PS.

O Orador: — Recuo e inacção — estas duas marcas da política de ambiente do Governo no ano que passou foram acentuadas pelo gravíssimo desinvestimento financeiro na política de ambiente, a mais penalizada pelos sucessivos cortes orçamentais. As consequências, aliás, estão à vista, com o estrangulamento financeiro das áreas protegidas e de toda a política de conservação da natureza, que chegou à vergonha dos salários em atraso no Instituto de Conservação da Natureza.

Aplausos do PS.

Mas de toda a parte chegam sinais deste desinvestimento, e mesmo as obras de emergência para

defesa da costa, regularização de cheias e segurança de barragens estão agora ameaçadas.

Porventura, não seria de esperar outra coisa de um Governo que decidiu não apostar nas políticas de ambiente e de ordenamento do território. Mas é preciso dizer que essa é uma opção política desastrosa para o desenvolvimento do País e que terá sempre a oposição frontal do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: Do anterior Ministro Isaltino Morais se disse que tinha a difícil tarefa de suceder a um Ministro dinâmico, com grande poder de iniciativa e capacidade de execução.

O Sr. Honório Novo (PCP): — «Presunção e água benta...»!

O Orador: — A tarefa não era fácil, e a verdade é que não correu bem. Mas V. Ex.^a, Sr. Ministro, não tem tanto esse problema. Tem agora a oportunidade de suceder a um Ministro que não deixou nesta área obra, nem saudades, de quem todos fizeram um balanço profundamente negativo, que fez recuar a política de ambiente e que deixou o Ministério parado. Mas foi essa oportunidade — lamento dizê-lo — que o Sr. Ministro começou a desperdiçar neste seu primeiro mês no Governo e nesta sua primeira intervenção na Assembleia da República.

A última coisa que esperávamos de si, Sr. Ministro, é que nos viesse dizer, como disse, que vai dar continuidade ao trabalho do seu antecessor. A política de ambiente precisa de tudo menos disso. Precisa, isso sim, de lucidez, de ambição, de iniciativa política e de coragem. Precisa, acima de tudo, de força e de inverter o plano inclinado para o qual foi arrastada no ano que passou.

Aplausos do PS.

A política de ambiente não pode continuar à espera. E, certamente, não pode ficar à sua espera, Sr. Ministro. Porque é justamente ao Ministro do Ambiente que cabe liderá-la, e é preciso que a lide bem. Por isso é que, mais do que de tudo o resto, a política de ambiente precisava hoje sobretudo de uma coisa: que o novo Ministro nos surpreendesse. Mas esse dia ainda está para vir.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Lino de Carvalho.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, independentemente de existirem algumas questões sobre as quais, como imagina, a apreciação de Os Verdes não coincide com a do PS, como é o caso, nomeadamente, do dossier dos resíduos industriais, em relação ao qual penso que se há uma crítica de fundo, na nossa opinião, ela tem a ver com problemas de fundo por resolver, que, como eu disse na intervenção que fiz, este Governo, manifestamente, não foi capaz de abordar, há, seguramente, um conjunto muito grande de factos constatados que não posso deixar de subscrever e que, aliás, referi na minha intervenção, como é o caso do apagamento total, do immobilismo, da inércia e da subalternização do ambiente por parte deste Governo.

Aliás, referi uma coisa que me parece nova, pelo menos no PSD, tendo em conta aquilo que foi a tradição na década de 80, que foi a existência de uma ruptura total com o ambiente. Para o PSD, durante muitos anos, o ambiente foi uma «bandeira» política, agora, pura e simplesmente, é um «bandeira» arquivada.

Julgo que o «cinzentismo» daquilo que foi testemunhado, até agora, neste debate é preocupante, porque não vemos uma estratégia no terreno em relação à energia, porque não vemos medidas concretas em relação a um dossier fundamental como é o da água, em relação às cidades, que foram um mero adorno e não tiveram, até agora, qualquer conteúdo em termos das políticas em relação ao planeamento integrado das zonas do litoral e dos parques naturais. Portanto, também aqui a conservação da natureza foi pura e simplesmente conservada e, porventura, não tenho o seu optimismo, quando diz que um dia a situação há-de alterar-se com algum Ministro que virá surpreender. Ao contrário do que disse o Sr. Ministro, de que alguns «só se lembram de Santa Bárbara quando há trovões» — julgo que este Governo nem com trovões lá vai.

Sr. Deputado, há uma pergunta concreta que gostaria de lhe fazer, que tem a ver com uma questão muito importante para nós. Agradecia que o Sr. Deputado nos esclarecesse se partilha ou não do nosso entendimento de que a privatização da água, como é proposta pelo Governo, poderá vir, futuramente, a inviabilizar o direito universal de acesso àquele que é um bem, que é suporte da vida e fundamental para a economia, e deixar-nos reféns de um monopólio, que, naturalmente, como monopólio que é, imporá a qualidade e o preço que quiser.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Partido Ecologista Os Verdes pela iniciativa desta interpelação, que motiva o debate que aqui travamos hoje.

Quero também salientar a nossa concordância com o seu partido em relação a várias das matérias que se prendem com a política de ambiente. Diria que, até mesmo em relação à questão dos resíduos industriais perigosos, há, pelo menos aí, uma área de grande convergência, porque ambos concordamos em que o que não pode continuar é esta ausência de solução para o tratamento do problema.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O problema dos resíduos industriais perigosos é gravíssimo para o ambiente e para a saúde pública.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o que é extraordinário é que, há mais de um ano, o Governo, pura e simplesmente, continue sem qualquer solução no terreno.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo diz-nos que vai colocar em aterro os resíduos industriais perigosos, mas ainda não nos explicou como é que o pode fazer, mesmo com pré-tratamento, em relação aos resíduos industriais orgânicos. Nenhum país da Europa, do mundo desenvolvido o faz. Portanto, isso é que, certamente, pode abalar a confiança das populações na segurança ambiental dos aterros.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os tais aterros, aliás, que o Governo, mais de um ano depois de ter tomado posse, nem sequer diz onde vão ficar instalados.

Mas não há dúvida, Sr.^a Deputada e Srs. Deputados, de que a conclusão deste primeiro ano de Governo é muito clara no sentido do apagamento, da subalternização do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da desvalorização da política de ambiente e agora, tudo o indica, da sua inexistência política. O regime do licenciamento industrial, como chamei a atenção na minha intervenção, é a prova final disso mesmo.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do Secretário de Estado do Ambiente.

O Orador: — O Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente aceitou reduzir os prazos da avaliação ambiental de 140 para 120 dias e, eventualmente, para 80 dias...

O Sr. José Sócrates (PS): — Foi andar para trás!

O Orador: — ... conduzindo, na falta de decisão no prazo de 80 dias, ao deferimento tácito...

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Não conduz nada! Não sabe ler a lei?!

O Orador: — ... das maiores indústrias poluentes!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente: — Está enganado! Não sabe ler a lei!

O Orador: — Quero também dizer-lhe, Sr.^a Deputada Isabel Castro, que em relação à questão da água o desnorte, pelos vistos, continua.

Gostaria de responder à sua pergunta nos exactos termos em que a formulou, isto é, se concordamos com a privatização do sector das águas na forma proposta pelo Governo.

O Sr. José Sócrates (PS): — Não há forma!

O Orador: — Acontece que continuamos sem conhecer a forma proposta pelo Governo.

O Governo nomeou dois grupos de trabalho e, pura e simplesmente, continua, até ao dia de hoje, sem dizer como é que vai avançar nesse domínio.

O que posso dizer-lhe, Sr.^a Deputada, é que o maior desafio da política de ambiente são os investimentos em matéria de saneamento básico e de abastecimento de água. É, pois, fundamental que o Grupo Águas de Portugal e o Estado assegurem a realização desses investimentos, a bem da saúde pública, do sucesso da política de ambiente e também da eficiência dos fundos comunitários, que estão disponíveis e são uma oportunidade que não se pode perder, mas que este Governo, infelizmente, tem vindo a perder ao longo de um ano de funções.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gomes.

O Sr. Luís Gomes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, Sr. Ministro, queria felicitar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a sua prestação, hoje, em Plenário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A importância da discussão da temática do ordenamento do território reveste-se de enorme importância no quadro da interpelação parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes.

Portugal precisa de abraçar novos desafios que conduzam a uma mudança estrutural, através da adopção de um conjunto de políticas, para que possamos ser um País mais moderno, mais competitivo e mais solidário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A competitividade e solidariedade que referi assentam também numa base que importa sublinhar e destacar, que é a componente territorial.

Neste quadro, não podemos dissociar a política de desenvolvimento económico da política de desenvolvimento dos diferentes espaços territoriais do País. Não queremos que a estratégia de desenvolvimento de Portugal se dissocie de uma contextualização territorial. Também estamos convictos de que não pode existir política de ambiente sem território.

Queremos, fundamentalmente, uma política de ordenamento do território amiga do desenvolvimento e uma política de desenvolvimento amiga do ordenamento do território.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este é um designio a que todos devemos responder afirmativamente!

A União Europeia, no quadro das políticas regionais em matéria de ordenamento do território, aquando da elaboração do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), deu um sinal muito claro quanto ao modelo de desenvolvimento territorial que pretendia, por forma a assegurar a continuidade e a sustentabilidade da construção de uma nova Europa.

O objectivo era muito claro: pretendia-se, e de resto constitui hoje uma exigência, a promoção de um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentado do território da União Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal tinha de estar à altura de tamanho repto e, mais uma vez, com a inoperância que marcadamente caracterizou o anterior governo socialista, infelizmente, acabamos, hoje, sem dispor de uma estratégia para o desenvolvimento territorial de Portugal. E importa, aliás, sublinhar que a própria União Europeia sugeriu que os Estados-membros promovessem estratégias integradas de desenvolvimento urbano e que alicerçassem novas relações entre as cidades e as zonas do interior.

Reforçando este último aspecto, o relatório sobre a Coesão Económica e Social, de Janeiro de 2001, no que respeita a Portugal, é muito claro quanto à sua situação neste domínio, referindo: «As zonas rurais são muito diversas de um Estado-membro para outro, pela sua superfície, as suas características geográficas, a sua taxa de população, o seu nível de desenvolvimento. Com excepção de Portugal, a população que vive nas zonas rurais aumenta, embora em graus diferentes segundo os países e o crescimento do emprego nestas zonas foi mais forte (+1 %) do que no conjunto da União (...) entre 1995 e 1999».

Não podemos tolerar, actualmente, casos aberrantes como, por exemplo, o do concelho de Alcoutim, situado junto à margem do rio Guadiana, em pleno Nordeste Algarvio, cuja população e autarcas lutam todos os dias contra um processo de desertificação em curso. No entanto não é possível construir sequer 1 m², pois o aglomerado urbano encontra-se totalmente rodeado de reserva ecológica nacional. Este facto obriga a que, por exemplo, os docentes que vão todos os anos leccionar para a escola da vila tenham de ir viver para a outra margem do rio, ou seja, para Espanha, devido à ausência de oferta de alojamento nesta vila de Alcoutim. Esta situação constitui, hoje, um exemplo concreto da ausência de uma política de ordenamento do território integrado que se registava ao longo da gestão do Partido Socialista, enquanto governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Infelizmente, as incongruências não ficam por aqui.

Em 11 de Agosto de 1998, foi publicada em *Diário da República* a Lei de Bases de Ordenamento do Território e do Urbanismo. Este diploma revestia-se (e também, hoje, se reveste) de grande importância, porque definiu toda a arquitectura legal dos instrumentos de gestão territorial.

Contudo, o mesmo diploma tinha como pilar e base fundamental, para a prossecução de uma verdadeira política neste sector, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), tem por objectivo definir as directrizes e orientações fundamentais do modelo de organização espacial do território nacional.

Começa aqui, em nosso entender, o descalabro e o desnorte da suposta política de ordenamento do território do governo então presidido pelo Eng.^o António Guterres,...

Vozes do PSD: — Apoiado!

O Orador: — ... de que, alguns ilustres Deputados que ocupam hoje a bancada do Partido Socialista também foram cúmplices.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foram cúmplices das falsas promessas feitas aos portugueses e que não foram, naturalmente, satisfeitas; foram cúmplices, na ausência de uma estratégia de desenvolvimento económico devidamente territorializada, de forma a garantir a sua plena concretização. Não obstante, estes aspectos, temos vindo hoje a testemunhar que aqueles que participaram na desgovernação do País não duvidam em recorrer à demagogia, passando uma esponja no passado, como se nada fosse com eles.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O exercício e a moralização da actividade política, Sr.^{as} e Srs. Deputados, e o exemplo que também todos temos de dar aos portugueses não se compadecem com tais actos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É preciso falar verdade e é também necessário assumirmos os erros que foram cometidos no passado. E a melhor forma de se entender as declarações anteriores passa justamente por fazermos uma viagem a um passado recente e verificarmos as incongruências do anterior governo socialista, que levou a uma ausência de um ordenamento espacial do território português, contrariando, de resto, as sugestões feitas pela União Europeia no quadro do EDEC.

Senão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vejamos. Primeira falsa promessa: o governo socialista referiu, no seu programa de acção, que a orientação do modelo de planeamento e de administração do território assentava num Estado centralizado e omnipresente, comprometendo-se a avançar com uma política descentralizadora. Sr.^{as} e Srs. Deputados, face a estas promessas digam, VV. Ex.^{as}, o que foi feito nesta matéria.

Vozes do PSD: — Zero!

O Orador: — Por sua vez, o Governo da maioria avançou já com uma «revolução» tranquila com a apresentação e preparação de um pacote de descentralização ao País, promovendo uma nova configuração territorial, através da criação de áreas metropolitanas, de comunidades urbanas, de comunidades intermunicipais e de associações intermunicipais de fins específicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Segunda falsa promessa: o governo socialista referiu, no seu programa de acção, a implementação de medidas, de médio e longo prazo, motivadoras de políticas aptas a impulsionar a inserção de Portugal nas redes europeias e mundiais.

De acordo com as mesmas promessas, seria fundamental a elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, contexto em que deveriam ser equacionadas, em pormenor, as articulações entre os diversos tipos de planos e de acções. Face a estas promessas digam, VV. Ex.^{as}, o que foi feito nesta matéria.

Vozes do PSD: — Nada!

O Orador: — A meu ver, pouco ou nada.

Nesta matéria, o Governo da maioria não olhou para trás. Srs. Deputados, e desenvolveu as bases para que Portugal se reencontrasse no caminho da mudança, da modernidade e do desenvolvimento, a

par do que fizeram outros Estados-membros, forma a cumprir as directrizes da política regional da União Europeia.

Protestos da Deputada do PS Elisa Guimarães Ferreira.

Não obstante, o governo socialista com o único objectivo de cumprir calendário político, ao contrário do que aqui foi referido, pois já estava demissionário, aprovou, em 7 de Fevereiro de 2002 e em sede de Conselho de Ministros, as bases para a elaboração do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território. O actual Governo de Portugal passou já à acção — é a grande diferença entre os dois governos —, convocando um universo de universidades para a elaboração deste documento (conforme o anunciado pelo Sr. Ministro), que será fundamental para a conciliação das políticas de ordenamento do território com as políticas de desenvolvimento regional.

Esta iniciativa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é de extrema importância não só porque Portugal precisa de uma estratégia de desenvolvimento territorial mas, sobretudo, porque o Governo, a partir deste documento, deve dar um sinal claro quanto às bases dos planos directores municipais (PDM) de segunda geração. Estas bases passam por uma aposta firme na componente estratégica, na requalificação urbanística e na avaliação do êxito das opções urbanísticas ocorridos nos planos anteriores.

Mais uma vez, constatamos que o governo socialista não só pretendeu construir uma casa sem estruturas como também não suscitou junto das instituições públicas em parceria com os municípios um debate e um verdadeiro balanço do que foi a primeira geração de PDM. Só desta forma teria sido possível garantir que os próximos planos directores municipais pudessem ser garantes da concretização das expectativas das populações e dos agentes económicos, assim como implementar estratégias territoriais de carácter local devidamente sustentadas no médio e no longo prazo.

Não obstante existirem já 140 PDM em fase de revisão e atendendo à ausência de orientação política no que respeita à segunda geração destes instrumentos, entrou em vigor, no passado dia 5 de Abril, por iniciativa do Governo, uma portaria que contém as orientações políticas necessárias para preencher o vazio deixado pelo Partido Socialista enquanto foi governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Em matéria de ordenamento do território à escala regional, também temos alguns aspectos a referir. O Governo deu um novo e decisivo impulso para a revisão dos planos regionais de ordenamento do

território (PROT). Exemplos: o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), que estava parado;...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o POOC Sintra/Sado?

O Orador: — ... o Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano (PROTALI) e o Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROT-TMAD).

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o de Guadiana?

O Orador: — Esta nova dinâmica constitui uma base fundamental, uma vez que a realidade socio-económica dessas regiões não tem hoje, correspondência efectiva em matéria de planos regionais de ordenamento do território.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isso é uma verdadeira enfermidade!

O Orador: — O Governo, nesta matéria, assume, sem dúvida, que os planos regionais de ordenamento do território constituem um instrumento de desenvolvimento territorial e, neste contexto, quer reforçar o papel estratégico das regiões do interior.

Os factos aqui sublinhados constituem a prova da demagogia do Partido Socialista quando prometeu e referiu (e passo a citar, para que não restem dúvidas, Sr.^{as} e Srs. Deputados) que «a elaboração de planos regionais de ordenamento do território, designadamente empenhados na minimização da pressão urbana sobre o litoral e outras áreas sensíveis, constituirá um dos principais fios condutores da concertação das actuações territoriais que cabem à Administração Central do Estado e à administração autárquica».

Registamos, ainda, a circunstância de o anterior Executivo socialista ter deixado para trás os planos de ordenamento de áreas protegidas e alguns, mais difíceis e de difícil decisão, planos de ordenamento da orla costeira (POOC), como o que ainda há pouco o Sr. Deputado Honório Novo referia, o POOC Sintra/Sado, naturalmente por constituírem aqueles que tinham mais pressões e que encerravam mais complexidades e conflitos de interesses. Por isso, não se decidiu, e isto foi um hábito na governação socialista.

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Terceira falsa promessa: o governo socialista referiu, no seu programa de acção, a reforma das comissões de coordenação regional (CCR), mencionando que estas deveriam assegurar as tarefas nas áreas do planeamento regional e do ordenamento do território. Certamente que, neste domínio, a Sr.^a Deputada Elisa Guimarães Ferreira me comprehende muito bem.

Prometeu, ainda, a criação da Agência de Desenvolvimento e Promoção Regional (ADPR) e o desenvolvimento de uma estratégia que contivesse um quadro normativo com a definição dos princípios do ordenamento do território, compatíveis com o quadro global do desenvolvimento económico e social. Constituiu, ainda nesta matéria, um princípio a cumprir, ou, melhor, a prometer: abraçar o desenvolvimento regional com a política de organização territorial.

Face a estas promessas digam, VV. Ex.^{as}, o que foi feito nesta matéria.

Vozes do PSD: — Nada!

Vozes do CDS-PP: — Zero!

O Orador: — Pouco, ou nada, Srs. Deputados!

A promessa de reformar as CCR, Srs. Deputados, de facto, foi cumprida; contudo, não foi, decerto, na óptica administrativa, foram «reformadas».

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Aliás, os seus presidentes, como sabe, com reformas «douradas».

Para além de termos assistido a um esvaziamento das suas funções, assistiu-se ao divórcio do «matrimónio» prometido entre o desenvolvimento regional e as políticas de ordenamento do território e de ambiente. Só podemos enquadrar tal opção como uma solução de *casting*, tão peculiar no anterior Primeiro-Ministro, por forma a compatibilizar a manutenção do Engenheiro Sócrates e da Dr.^a Elisa Ferreira no governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Este discurso foi escrito em 1999!

Risos do PS.

O Orador: — Esta decisão desaguou numa solução de «um em dois», ou seja, em dois ministérios, no ex-Ministério do Planeamento (que mais não foi senão a promoção da ex-Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional a ministério) e no ex-Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Repare-se que a confusão e a desarticulação era tanta que ambos os ministérios apresentavam soluções para áreas afins. Destaca-se a implementação do Programa Polis, da autoria do Eng.^º Sócrates, e do Programa PROQUAL — Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, da autoria da Dr.^a Elisa Ferreira.

Nesta matéria, a actividade do actual Governo foi decisiva e firme, refazendo o casamento entre o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, através da criação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), integrando

a participação de novos parceiros na constituição destas entidades — afinal, também uma promessa do governo socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É pesada a herança que este Governo recebeu nesta matéria, mas a vontade de modernizar e desenvolver Portugal é muita.

A modernização do País passa naturalmente pelas bases, neste caso, por uma nova ordem da configuração territorial do País. Neste quadro, a mudança passa naturalmente pelos seguintes aspectos-chave: primeiro, promover uma política de desenvolvimento urbano. Trata-se, sobretudo, de reconhecer que as cidades, os sistemas urbanos que as configuram e as políticas nesse sentido deverão assumir um papel activo na concretização da coesão territorial e socioeconómica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Segundo, promover as regiões do interior. Existe também a convicção de que as políticas urbanas não se destinam apenas aos territórios mais dinâmicos do litoral; é convicção do Governo a criação de igualdades de oportunidades e a dinamização dos territórios carenciados de um nível mínimo de dotação infraestrutural e de condições de vida.

O Governo de Portugal quer, em matéria de ordenamento do território, contribuir para o aumento das solidariedades inter e intraterritoriais no território português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Terceiro, promover o ordenamento das áreas protegidas e das zonas mais sensíveis. O Governo de Portugal está a implementar um conjunto de instrumentos de ordenamento do território — o qual foi deixado por fazer, ficou na gaveta, pelo governo socialista —,...

Protestos do PS.

... como os planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos de ordenamento da orla costeira, entre outros, para assegurar a correcta compatibilização entre a actividade do homem e a conservação dos recursos naturais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quarto, promover a cultura do intermunicipalismo. A entrada em vigor do pacote de descentralização, assim como a introdução de um novo figurino institucional de base territorial, através da criação, por exemplo, das comunidades intermunicipais, constituem motores suficientes para o aumento de parcerias entre municípios.

Esta dinâmica, que assenta numa revolução tranquila, proporcionará a criação de pólos atractivos, a criação de riqueza e a rentabilização de redes de infra-estruturas e de equipamentos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As políticas de desenvolvimento territorial que o Governo de Portugal está a implementar garantem as bases do desenvolvimento do País, garantem a qualidade de vida dos portugueses, garantem o desenvolvimento sustentado dos diferentes territórios e, sobretudo, garantem uma modernidade que conduzirá ao reforço do papel de Portugal na Europa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Filipe (PCP): — Há quase 30 anos que não ouvia falar tanto em revolução!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Gomes, confesso que, com esta sua longuíssima intervenção, num dado momento, fiquei algo confusa, porque me pareceu que havia um erro de casting.

Durante muito tempo, o Sr. Deputado falou de uma forma que me fez concluir que, seguramente, teria gostado de ser Deputado na anterior Legislatura, mas, depois de se ter fixado no passado, deu um salto para o futuro e, pura e simplesmente, esqueceu-se de falar do presente. E penso que esta é uma questão de enorme importância.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Uma enfermidade!

A Oradora: — As questões que quero colocar-lhe, Sr. Deputado, têm a ver com aspectos confusos da sua intervenção.

Algures no início, o Sr. Deputado começa por dizer que quer políticas de ordenamento do território que sejam amigas do ambiente. Pois bem, Sr. Deputado, só não percebi o que o impede, qual é o obstáculo à conciliação dessas políticas.

Por outro lado, o Sr. Deputado foi buscar uma história de Alcoutim e eu não percebi a conclusão da história. Não percebi se as pessoas acabaram por abandonar a zona porque não tinham médicos, porque não tinham transportes, porque não tinham equipamentos, porque, provavelmente, não tinham emprego. Não percebi qual era a conclusão da história, tendo em conta o seu raciocínio.

Mas, nesta passagem, há também outros aspectos que eu gostaria de ver clarificados. É que o ordenamento do território implica, entre variadíssimas coisas, a utilização correcta dos vários recursos, nomeadamente do solo. Presumo que saiba que o solo é um bem escasso. Aliás, o solo em boas condições é um bem escasso, particularmente no nosso país, pois, como é sabido,

69 % do território nacional sofre o risco grave de erosão e 30 % sofre o risco de desertificação. Mais, foi precisamente para preservar este bem escasso que se criou um instrumento, que é muito antigo, há muitos anos, num tempo em que o Partido Social Democrata, que, naturalmente, nada tem a ver com o presente, esteve no governo, que é o da classificação de reserva ecológica e de reserva agrícola.

Portanto, eu gostaria de perceber se o Sr. Deputado, com a história que contou, quererá significar que as desafectações de REN e RAN devem ser mais facilitadas.

Outra questão relativamente à qual eu também gostaria de tentar perceber o seu pensamento tem a ver com áreas protegidas e litoral.

O Sr. Deputado falou muito de planos, de POOC, enfim, de coisas que estão por aí, mas não falou de megaprojectos cuja não inviabilização deita por terra, de uma penada, qualquer gestão equilibrada e qualquer conservação da natureza. Gostava, pois, que se pronunciasse sobre isto.

Por outro lado,...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha chegou ao fim. Queira terminar, por favor.

A Oradora: — ... gostava que dissesse, para concluir e «aterrando» no presente, por que é que um instrumento importante, como o plano nacional de ordenamento do território, cuja publicação é da responsabilidade do seu Governo, continua parado.

Vozes de Os Verdes e do Deputado do PCP António Filipe: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Gomes, o anterior Ministro do Ambiente, do Governo PSD/PP, referiu, em Junho de 2002, em comissão parlamentar, o seguinte: «Posso dizer que, a partir de Março do próximo ano, deixarão de ver discursos e passarão a ver obra concreta em toda a costa portuguesa» — referia-se o então Ministro a demolições, consolidação de arribas, combate à erosão.

Pergunto-lhe, Sr. Deputado: que obra concreta é que já viu, desde Março do ano corrente?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Uma auto-estrada para o Algarve!

A Oradora: — Por outro lado, gostava de lhe colocar uma questão que já tive oportunidade de colocar ao Sr. Ministro mas que não vi respondida, apesar de ter insistido, inclusivamente, em apartes, e que tem a ver com a pergunta concreta sobre um incinerador na região Centro. Assim, pergunto. Sr. Deputado, que leitura faz da

não-resposta à minha questão por parte do Sr. Ministro e o que pensa da instalação de um incinerador de resíduos sólidos urbanos para servir a região Centro, aumentando as operações de incineração e contrariando completamente aquilo que o Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos determina relativamente à estratégia de tratamento e gestão dos resíduos sólidos urbanos, ou seja, contrariando o aumento efectivo das operações de reciclagem e a diminuição da incineração e da deposição em aterros.

Para terminar, e sobre uma questão que, na Legislatura passada, ouvi muitas vezes como sendo uma das prioridades de intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, refiro-me à extracção de inertes, pergunto: o que mudou, Sr. Deputado, com este Governo, relativamente a esta matéria? Faço esta pergunta porque continuamos a assistir, no rio Lima, ao descalabro e à insegurança que representa a extracção de inertes, nomeadamente quanto a infra-estruturas, e, no rio Tejo, exactamente aquilo a que assistimos, pelo menos, até há um ano atrás. Portanto, nada mudou!

Gostava de saber, Sr. Deputado, o que é que, pela sua parte, tem a dizer-me relativamente a isto e se, afinal, continua, ou não, a ser uma prioridade para o PSD. É que parece que não.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gomes.

O Sr. Luís Gomes (PSD): — Sr. Presidente, começo por responder à Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

De facto, Sr.^a Deputada, e perdoe-me a ousadia de lhe dizer isto, registo que anda muito distraída.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Ando?! Devo andar!

O Orador: — E anda distraída, porque se fala, quanto à estratégia do Governo, no que respeita à extracção de inertes, significa que V. Ex.^a não esteve aqui presente, na passada quarta-feira, quando se discutiu essa matéria, quando se apresentou a portaria...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Não é uma portaria, é um despacho!

O Orador: — ... que o Governo publicou em *Diário da República*, onde se estabelecem os critérios e todas as condições para se proceder aos planos de ordenamento de extracção de inertes.

Naturalmente, isto foi um avanço que corresponde ao respeito total do Plano Nacional da Água e dos planos de bacia hidrográfica.

Respondo-lhe também com todo o gosto à questão dos planos de ordenamento da orla costeira. Em relação a dois planos de ordenamento da orla costeira, a Sr.^a Deputada perguntou que obra é que eu vi. Pois bem! A primeira obra — e penso que é a obra importantíssima e de base para se poder construir uma política de preservação dos sistemas ecológicos — é a elaboração dos planos de ordenamen-

to da orla costeira, relativamente à qual o governo anterior não quis assumir as pressões existentes na altura.

Por este motivo, arrancou-se, com uma velocidade significativa, para a elaboração, por exemplo, do plano de ordenamento da orla costeira de Vilamoura-Vila Real de Santo António, que é uma grande obra.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Já estava feito!

O Orador: — Por outro lado, avançou-se também com a apresentação do Programa FINISTERRA, que define um quadro de intervenção no território litoral.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Essa é um desastre!

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — É uma grande obra!

O Orador: — Sr.^a Deputada Isabel Castro,...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — E quanto à instalação do incinerador?!

O Orador: — ... perdoe-me a ousadia de lhe dizer isto, mas fiquei, realmente, confuso com o que perguntou e não consegui compreendê-la, sobretudo porque há uma questão muito clara e que deve estar presente nas nossas intervenções: a melhor forma de olharmos para o futuro é olharmos também para o passado, compreender o presente e preparar, então, o futuro.

Vozes do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes: — Eh!...

O Orador: — Esta é a melhor forma de actuarmos!

Admito que a minha intervenção lhe tenha causado confusão, tendo em conta aquilo que, em política de ambiente e de ordenamento do território, é um pensamento absolutamente retrógrado de V. Ex.^a. E é esta a novidade naquilo que é a nova política, em matéria de ordenamento do território e ambiente, desta nova governação da maioria. Esta é a diferença entre aquilo que os Srs. Deputados do Partido Ecologista «Os Verdes», ao longo das últimas décadas, têm vindo a defender: mais do mesmo, mais do mesmo, sem ter em conta a compatibilização das expectativas de ordenamento do território com o desenvolvimento regional e com as condições de vida da população.

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Diga lá quais foram as obras!

O Orador: — Por outro lado, foi aqui dito que não havia planos. Não há planos?! Não há planos, quando nós estamos a dar um impulso significativo na elaboração do plano regional de ordenamento do território do Algarve?! Quando se aprovou um plano de

desenvolvimento regional, sem haver uma contextualização territorial desse mesmo desenvolvimento?! Acha que a estratégia definida nos planos estratégicos de carácter socioeconómico não tem viabilidade no território?! A Sr.^a Deputada entende que o Governo não tem intervindo, de uma forma dinâmica, na elaboração dos planos de ordenamento das áreas protegidas?!

A Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, criada no final da década de 70, até hoje nunca teve plano de ordenamento!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não foi só essa, Sr. Deputado! E vocês estiveram no governo muito tempo!

O Orador: — Vou dizer-lhe mais, com muito gosto, Sr. Deputado.

O plano de ordenamento que vigorava no Parque Natural da Ria Formosa já caducou,...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Não caducou nada! Que disparate!

O Orador: — ... o mesmo sucedendo com muitos outros, sendo que apenas 20 % das áreas protegidas têm planos de ordenamento dos seus territórios. Isto é que é gravíssimo! O grave é não conseguir-se disciplinar os usos humanos com a preservação dos sistemas ambientais, dos sistemas do património natural e cultural nelas existentes.

Esta é que é a verdadeira dinâmica e a verdadeira diferença!

O Sr. Renato Sampaio (PS): — E as obras?!

O Orador: — Portanto, dou os meus parabéns ao Governo e a este Ministério pela política que têm implementado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste debate, constatámos o que sabíamos: este ano de governação representa um ano de estagnação e de omissão na política de ambiente.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — A falta de iniciativa e a má gestão do Governo PSD/PP não só não resolveu problemas ambientais graves como deixou mesmo que várias situações se deteriorassem ou aparecessem questões novas para as quais não se conhece uma palavra do novo ou do antigo ministro.

A descrição da pasta do Ambiente neste Governo é tal que, aquando do afundamento do *Prestige*, a resposta do Governo ficou a cargo do Ministro de Estado e da Defesa Nacional. Na altura ainda não se sabia que o País estaria um dia sem ministro do Ambiente, mas o Governo foi o primeiro a reconhecer que nunca houve Ministério.

Em todo o caso, aquela tragédia serviu para pôr a nu as fragilidades do sistema de vigilância nacional da área económica protegida e a incapacidade de intervenção em acidentes deste tipo. Seria bom que o Governo daí retirasse as devidas lições.

Exemplos da inércia na área do ambiente são também os atrasos no ordenamento do território, quer para as áreas protegidas, quer para os planos regionais de ordenamento florestal e da orla costeira, e o desrespeito pela transposição das directivas comunitárias, não obstante as várias queixas de associações ambientalistas que têm chegado ao Ministério e ao tribunal europeu.

Um ano para o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente redigir a lei orgânica não é obra de que se possa orgulhar, Sr. Ministro — curiosa coincidência, uma lei que esteve quase um ano, pelo menos até hoje, para ser redigida é hoje publicada em *Diário da República*, altura em que o novo Ministro vem, pela primeira vez, ao Parlamento!

Mesmo nas raras matérias em que o Governo actuou, como é o caso da suspensão do polémico processo da co-incineração, herdado do anterior governo, não se pode constatar que o Executivo tenha agido em nome de uma política coerente de resíduos, pois, como se sabe, todas as metas de reciclagem propostas para o nosso país estão a ser incumpridas, em detrimento do novo relevo dado à incineração de resíduos urbanos, que é um processo dispendioso e gravoso, a médio e longo prazo, para o ambiente, embora seja um negócio interessante — sabemo-lo e sabe-o o Governo.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Mas há dois temas que, a nosso ver, merecem um relevo particular no debate de hoje. É o caso da política energética e o afastamento de todos os indicadores nacionais das metas estabelecidas no Protocolo de Quioto, de que já aqui falámos, e da política da água.

O anterior Ministro referiu, nesta mesma Casa, que a política da água seria a sua principal prioridade, o que sempre parece bem, no Ano International da Água Doce. Mais amarga, no entanto, parece ser a realidade, como reconheceu o próprio Instituto do Ambiente, que classifica de preocupante a qualidade da água dos rios portugueses.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — O muito deficiente tratamento das águas residuais permite, assim, que a percentagem da

população servida seja apenas de 50 % em 2000, ficando a anos-luz da meta definida pelo Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006, que é de 90 %.

Portugal não possui sistema de saneamento, quer industrial, quer urbano, sendo urgente que o Governo tome medidas para o tratamento de afluentes. A qualidade de água dos rios e albufeiras não pode ser mais um assunto «morisado» pelo Executivo. A complacência para com as indústrias altamente poluentes não pode mais continuar, como não pode mais continuar a permissão de instalação de empreendimentos que sejam focos de poluição em lugares que conduzam à contaminação directa dos cursos de água. A inexistência de uma política de ordenamento tem reflexos também na qualidade dos recursos hídricos.

Em todo o caso, o Governo parece já ter encontrado a solução (a solução do costume, diga-se): a privatização dos recursos hídricos.

Se o Governo nos apresenta esta solução perante os graves problemas existentes neste sector, só pode merecer o nosso mais vivo repúdio. Comece antes a aplicar o quadro legal que tem ao seu dispor, como é o caso do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água, aprovado em 2001 mas cuja aplicação ainda não começou, e não nos venha com soluções «pronto-a-vestir» do costume.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Concluímos lamentando que este debate em pouco tenha servido para prestar informação e verdadeiro esclarecimento a esta Câmara, rodeando todas as respostas e adiando o revelar de quaisquer iniciativas. E aproveito, desde já, para citar estas palavras do Sr. Ministro: «Chegou a hora de acabar com a política dos braços cruzados!»

Assentámos a crítica que veio aqui fazer ao anterior Ministro Isaltino Moraes, esperando, contudo, que não seja apenas um prognóstico pessoal.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que muitas das questões que foram por si suscitadas coincidem, como comprehende, com o nosso ponto de vista — aliás, estão na base da intervenção que fizemos na abertura desta interpelação ao Governo. Desde logo, em relação ao diagnóstico negativo no que respeita à situação energética do País, temos um panorama particularmente preocupante, quando, aparentemente, deveria ser uma prioridade num país como o nosso, que tem problemas económicos e está mergulhado numa crise, e continua sem medidas concretas. Recordo que há 87 % de desperdício, uma eficiência energética baixa, uma intensidade em crescimento,

uma falta de conservação, havendo também aqui desperdício, e uma aposta pouco clara no que toca às energias renováveis.

Em relação a todo este cenário, que tem repercussões económicas, desde logo no pagamento de uma factura energética extremamente elevada em relação ao exterior, que tem reflexos negativos e preocupantes do ponto de vista da segurança do abastecimento energético e que tem aspectos negativos em termos de poluição, não deixa de ser preocupante e não é particularmente tranquilizador o mutismo por que o Sr. Ministro hoje optou.

A pergunta que eu gostaria de fazer-lhe, Sr.^a Deputada, incide sobre a água e a crítica, que o Bloco de Esquerda faz, que também é a nossa e a de outros partidos, contra a lógica da privatização. Entende ou não, Sr.^a Deputada, que também é preocupante a ausência de visão para uma nova cultura da água? Ou seja, há ou não necessidade de uma aposta efectiva na prevenção, na monotorização e, portanto, na criação de condições para que este bem, que é escasso e que pode vir a afectar a nossa segurança, não continue a ser tão mal utilizado?

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, agradeço-lhe a questão que colocou, que se divide em dois aspectos, sendo o primeiro o do incumprimento, por parte de Portugal, do Protocolo de Quioto.

De facto, perguntámos, aqui, ao Sr. Ministro como é que ele entendia esta questão, nomeadamente o que seria o plano nacional para as alterações climáticas que, em Janeiro deste ano, o actual Governo prometeu apresentar até Abril e que parece ter sido de novo adiado, havendo agora a promessa — mais uma — de o apresentar no 2.º semestre deste ano. Este plano reveste-se da maior importância, nomeadamente no que respeita à identificação das responsabilidades sectoriais em termos de emissões de gases de efeitos de estufa e de promoção de medidas para a aplicação ou participação do País nos mecanismos de flexibilidade preconizados por Quioto.

Quanto à segunda questão que coloca, a da política da água, também já nos tínhamos referido a ela. Na verdade, urge uma nova política da água mas que seja exactamente contrária, nas suas linhas essenciais, à que tem sido protagonizada pelo actual Governo. E, evidentemente, repudiamos a privatização, em primeiro lugar, e entendemos que deveria ser feita uma aposta séria e clara em mecanismos de monotorização, na educação ambiental, nomeadamente nas escolas, e no tratamento de águas residuais.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, nesta sua primeira intervenção sobre uma matéria de particular importância e interesse para o nosso país.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A 11.^a Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que é a primeira reunião da Comissão após a Cimeira de Joanesburgo, está neste preciso momento a decorrer, terminando os seus trabalhos no dia 9 de Maio.

O CDS-PP tem plena consciência de que se trata de uma importante reunião, com um papel fundamental na indicação política das prioridades de implementação das conclusões de Joanesburgo e da Agenda 21, bem como na identificação do que será o conteúdo dos trabalhos da Comissão na próxima fase, a da pós-Cimeira de Joanesburgo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal, representado por uma delegação de Deputados desta Assembleia e pelo actual Governo na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, que ocorreu entre 2 e 4 de Setembro de 2002, reafirmou, com os outros países, assumir o seu compromisso em prol do desenvolvimento sustentável. Comprometemo-nos, ao lado de todos os países participantes, a construir uma sociedade mundial humanitária, equitativa e generosa, consciente da necessidade de respeitar a dignidade de todos os seres humanos.

Assumimos, na Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável, a responsabilidade colectiva de promover e fortalecer, a nível local, nacional, regional e mundial, o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a protecção ambiental, os três pilares interdependentes e sinérgicos do desenvolvimento sustentável.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Comprometemo-nos a erradicar a pobreza, a modificar as regras de produção e consumo, a proteger e a ordenar os recursos naturais de forma a garantir o desenvolvimento social e económico sustentável e, simultaneamente, a lutar contra a perda da biodiversidade, a extinção de espécies animais e vegetais, a desertificação, a redução do número de terras férteis, promovendo uma agricultura sustentável, que racionalize os factores de produção, optimize os recursos naturais e reduza a dependência de recursos externos, as alterações climáticas — e, aqui, salientamos a primeira prioridade de que o Sr. Ministro hoje nos falou, que é a do cumprimento do Protocolo de Quioto —...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — ... os desastres naturais e os seus efeitos de contaminação do ar, da água e dos mares.

Registamos também com agrado as segunda e terceira prioridades, de que o Sr. Ministro aqui nos veio falar, que são, respectivamente, a água e os resíduos.

Porém, é preciso ter consciência de que, para se atingir estas metas, serão necessários vários pequenos passos de milhões de pessoas no Planeta, pequenos passos mas que têm de ser dados na direcção certa, e que, em Portugal, já estão a ser dados.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em Dezembro de 1999, o Conselho Europeu de Helsínquia convidou a Comissão Europeia a elaborar uma proposta de estratégia a longo prazo que integre políticas de desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, social e ecológico, para apresentação no Conselho de Gotemburgo, em Junho de 2001.

Em 15 de Maio, a Comissão aprovou a sua proposta de estratégia para o desenvolvimento sustentável da União Europeia, que inclui uma série de medidas concretas para que a União Europeia possa melhorar o seu processo de decisão política, aumentando a sua coerência e perspectiva a longo prazo.

A proposta da Comissão de Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia contém também alguns objectivos específicos principais e as medidas necessárias para os alcançar.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na opinião do CDS-PP, cabe aos governos a tarefa de motivar todos os agentes económicos e consumidores a agirem tendo sempre presente o necessário equilíbrio entre os desenvolvimentos económico, social e ambiental.

É preciso recordar que, apesar de os efeitos da renúncia ao lucro rápido pelos agentes económicos e dos sacrifícios dos consumidores não serem imediatamente visíveis, a longo prazo as atitudes amigas do ambiente favorecem a viabilidade económica e a estabilidade ecológica.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Há que assegurar a permanente compatibilização das políticas de desenvolvimento, no sentido de fazer funcionar o mercado a favor do ambiente. Em Portugal, isto consegue-se não apenas com a alteração das leis do ambiente — todos são unâimes em reconhecer que temos leis ambientais das mais avançadas da Europa — mas com a educação ambiental e com uma mudança de mentalidades.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A educação ambiental deve começar pelas crianças e jovens, como aqui já foi referido, pois são eles os principais herdeiros do legado ambiental, daquele que lhes deixarmos.

O CDS-PP acredita que as crianças e os jovens são óptimos elementos sensibilizadores e mesmo defensores da natureza; as crianças e os jovens são o futuro, o amanhã. Só assim se conseguirá aumentar e ampliar a consciência natural e ambiental, passan-

do naturalmente por esta sensibilização a educação dos cidadãos e dos agentes económicos em geral.

Portugal defronta-se ainda com problemas ambientais graves, mas não temos dúvidas de que, com o empenhamento e a determinação deste Governo, vão merecer um tratamento global, integrado e prioritário, numa perspectiva de valorização dos recursos de que dispomos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves entendeu por bem abordar a questão da estratégia da Cimeira da Terra de Joanesburgo e a participação do Parlamento nessa mesma Cimeira. Então recordar-se-á, seguramente, até porque participou activamente nas audições feitas pelo Parlamento, na sequência de uma proposta de Os Verdes, que houve um conjunto muito grande de depoimentos que coincidiram em relação àquilo que estava em jogo e que era, de algum modo, uma resposta que tem de ser dada, como muito bem sabe, não só a nível planejário, a nível europeu mas também a nível nacional.

Ora, toda a gente percebe que a questão que tem de ser encarada seriamente é a da reorientação dos modelos de crescimento, porque, tendo em conta as três componentes, a económica, a social e a ambiental, é evidente que, perante o saldo extremamente negativo que existe não só a nível global mas também nacional, tem havido um desequilíbrio entre estas três componentes, já que é a económica que tem, de uma forma irracional e imediatista, subordinado as outras vertentes, razão pela qual temos, do ponto de vista ambiental, no nosso país indicadores extremamente preocupantes e que foram, aliás, sublinhados por Os Verdes, como seguramente se recorda, no início deste debate.

Sr.^a Deputada, pareceu-me uma vez mais ouvi-la dizer que se pode confiar, pura e simplesmente, no mercado como uma panaceia para todos os males — isto é um recuo relativamente a uma concepção de há muito ultrapassada pelos governos que levam a sério as questões ambientais. A Sr.^a Deputada continua a falar de algum modo nas crianças, enfim, no futuro, na sociedade e no mercado e não a ouvi dizer como é que, do seu ponto de vista, questões tão vitais como a utilização correcta dos recursos naturais, os processos produtivos modernizados, os modos de consumo e de produção sustentados...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada, o seu tempo chegou ao fim. Queira terminar por favor.

A Oradora: — ... podem ser resolvidas sem uma intervenção directa, impulsionadora e responsável das entidades públicas. Gostava que pudesse escla-

recer um pouco mais esta Câmara e Os Verdes sobre estas questões em concreto.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves, há outros pedidos de esclarecimento, deseja responder já ou no fim?

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves, penso que não deixa de ser relevante o facto de, na sua intervenção, não ter sublinhado uma única medida tomada por este Governo nos diferentes sectores da política de ambiente, como medida positiva no sentido da resolução de graves, como referiu, problemáticas ambientais em Portugal.

De facto, teria sido muito difícil a Sr.^a Deputada sublinhá-las, uma vez que a estratégia deste Governo tem sido o permanente adiamento da resolução concreta das problemáticas ambientais, transformando sucessivamente estratégias e programas em planos e adiando permanentemente as datas da sua apresentação. Por exemplo, em relação ao plano para as alterações climáticas, que a Sr.^a Deputada entendeu relevante na sua intervenção, o Governo disse que este seria apresentado até ao final de 2002, depois já seria em Abril de 2003 e, agora, o Governo já veio dizer que será no 2.º semestre do corrente ano. Isto não a preocupa, Sr.^a Deputada?! Para além de que, hoje, relativamente ao cumprimento do Protocolo de Quioto, o Sr. Ministro veio dizer «não» quanto a multas e à «compra e venda» de emissões.

Portanto, só vejo a lógica da adopção de um conjunto de políticas e medidas internas que garantam o cumprimento dos compromissos que assumimos no âmbito do Protocolo do Quioto.

Com aquilo que já foi anunciado por este Governo, que, na minha perspectiva, é nada, a Sr.^a Deputada acredita que será possível, de facto, que Portugal consiga cumprir os objectivos a que se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto?

Por outro lado, Sr.^a Deputada, gostava de lhe lançar uma questão relativa aos resíduos hospitalares, que ainda hoje, aqui, não tivemos oportunidade de sublinhar.

Percebe a Sr.^a Deputada por que é que, neste momento, continuam em funcionamento três incineradores para resíduos hospitalares, quando, de acordo com o plano estratégico para os resíduos hospitalares, já deveríamos ter, aliás, desde 2000, apenas dois e, obviamente, em condições de funcionamento. E os três que estão em funcionamento não apresentam qualquer salvaguarda em termos de saúde pública; muito pelo contrário, representam uma verdadeira ameaça em termos de saúde pública. O que é que a Sr.^a Deputada nos tem a dizer relativamente a esta matéria?

Por fim, faço uma última tentativa: que leitura é que a Sr.^a Deputada faz da não-resposta que o Sr. Ministro

me deu relativamente à instalação de um incinerador para resíduos sólidos urbanos no centro do País?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas Isabel Castro e Heloísa Apolónia, efectivamente falei na estratégia do desenvolvimento sustentável e, como todos podemos verificar, há a preocupação de dar uma resposta a nível nacional. Comprometemo-nos com isso e o Governo está a trabalhar no sentido de haver essa resposta a nível nacional.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Exactamente!

A Oradora: — Sr.^a Deputada Isabel Castro, quando digo que é necessário haver uma compatibilização das políticas de desenvolvimento, fazendo funcionar o mercado a favor do ambiente, estou a dizer que as políticas devem funcionar por forma a favorecer o ambiente e não o contrário, como quis fazer crer.

Portanto, há que reorganizar os modelos de desenvolvimento e de crescimento no sentido de haver um equilíbrio entre as três componentes: a económica, a ambiental e a social.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — É isto que o Governo está a fazer, com «pé e cabeça», ao proceder ao levantamento da situação,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com bom senso, claro, e bem!

A Oradora: — ... a fim de estabelecer os objectivos e verificar o caminho correcto e possível, para, depois, quando der o primeiro passo, este ser o passo certo e na direcção certa.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Isto mesmo também já nos sublinhou o Sr. Ministro na sua intervenção, a propósito da resolução das problemáticas ambientais. Sabemos que há muito por fazer, e isto já aqui foi dito, não dizemos que não, mas já há bastante legislação. E este muito que há para fazer, Sr.^{as} Deputadas, já poderia ter sido feito se não tivéssemos tido alguma inércia por parte do Partido Socialista, que, nos últimos seis anos, poderia ter feito bastante mais do que fez.

Vozes do CDS-PP do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Quanto à questão (e com esta termino) dos resíduos hospitalares, a Sr.^a Deputada Heloísa Apo-

lónia referiu que desde o ano de 2000 deveríamos ter em funcionamento apenas dois incineradores para resíduos hospitalares. É verdade, Sr.^a Deputada, contudo, o que é que entretanto o PS fez quanto a esta matéria?

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Criticam tanto, mas o que é que têm feito?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — A crítica não é para Os Verdes mas para o PS!

A Oradora: — Exactamente, a crítica é para o PS. Neste momento, o Governo está a fazer a avaliação e, como já disse, quando tiver os elementos concretos e a avaliação feita, vai adoptar as medidas certas na hora certa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Ora ai está uma forma de não dizer nada!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

A Sr.^a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (Maria do Rosário Ventura): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há algumas décadas atrás, o objectivo da maioria das empresas era, única e simplesmente, fornecer produtos e serviços, traduzido na criação de um razoável retorno para os seus accionistas.

Actualmente e com a evolução dos problemas decorrentes do processo de globalização da economia, criou-se um consenso de que isso só não basta.

De facto, no mundo actual, uma maré crescente da opinião pública exige às empresas uma maior responsabilização na sua gestão, que se materializa numa tripla vertente já aqui hoje muito referida: económica, ecológica e social.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Esta é a consequência de as economias e as sociedades modernas serem, hoje em dia, confrontadas com um desafio de grande dimensão, que é o de atingir um desenvolvimento sustentável assente num compromisso entre o crescimento económico, a salvaguarda ambiental e a equidade social.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a dinâmica da evolução das sociedades — a que não escapa a sociedade portuguesa — gerou um fenómeno de forte e rápida concentração de pessoas e actividades nos centros urbanos e uma profunda transformação do mundo rural.

O Governo tem, para estes problemas, respostas centradas em dois objectivos fundamentais, quais sejam a melhoria da qualidade de vida populações nas áreas urbanas e a aposta no desenvolvimento equilibrado, harmónico e sustentado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Designadamente, temos presente na nossa actuação que o desenvolvimento económico de Portugal deve ser acompanhado pela melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida dos portugueses.

Neste contexto, temos procurado que o objectivo do desenvolvimento sustentável seja alcançado através de uma integração equilibrada dos vários aspectos em presença.

É assim que a missão que definimos para o Ministério da Economia tem objectivos muito ambiciosos para Portugal: queremos colocar o País entre os cinco primeiros nos *rankings* da competitividade e da atractividade, no prazo de três a cinco anos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Para isto, torna-se necessário dar um forte impulso ao investimento produtivo, quer seja nacional ou estrangeiro. As empresas são o principal actor e motor deste desenvolvimento, mas ao Estado cabe criar as condições que permitam aos agentes económicos trabalharem sem entraves burocráticos injustificáveis, dando espaço à sua adaptação às crescentes exigências e à evolução do modelo económico com que se defrontam.

Ou seja, o papel do Estado deve centrar-se, fundamentalmente, na criação de condições às empresas que possibilitem a sua actuação de forma competitiva, mas responsável, sem esquecer uma intervenção de carácter regulador, com vista a colmatar falhas de mercado, e, bem assim, de índole fiscalizadora.

O Sr. Diogo Luz (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — É neste enquadramento que o Governo tem levado a cabo a articulação da protecção do ambiente com as outras políticas: por um lado, assegurando as condições necessárias à competitividade internacional, com a integração da componente ambiental no conceito de qualidade total; e, por outro, assumindo que a promoção do desenvolvimento sustentável é uma força motriz em inovação, tecnologia e novas actividades empresariais.

Esta integração tem resultado de uma forte articulação entre o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e o Ministério da Economia, ao contrário do que tinha sido prática no passado.

Entre outros, são claros os exemplos desta articulação.

Em primeiro lugar, a criação da Autoridade da Concorrência, com estatuto de independência face ao Governo e com competências que abrangem todos os sectores da economia. A Autoridade da Concorrência, que prestará contas da sua actividade a esta Assembleia, tem o papel fundamental na defesa dos mais fracos em relação aos mais fortes. Um Estado regulador e regulamentador é um Estado atento às distorções de concorrência, algumas delas com origem precisamente em matérias relacionadas com o ambiente.

Contudo, as instituições precisam de ter um quadro legal compatível com os objectivos que lhes são estipulados.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, revimos também toda a legislação da concorrência, num sentido de maior exigência, de que é exemplo o agravamento das sanções por práticas predatórias ou distorçoras da concorrência.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Em segundo lugar, não quero deixar de referir que aprovámos, em Conselho de Ministros, no passado mês de Março, a Resolução n.º 53/2003, que aprova as orientações da política energética portuguesa. Pela primeira vez, temos um conjunto coerente de políticas, que assenta em três eixos estratégicos: garantir a segurança do abastecimento nacional; assegurar o desenvolvimento sustentável; e promover a competitividade nacional.

Revimos também o regime de suporte ao sistema de licenciamento industrial, já hoje aqui referido.

Antes de mais, importa esclarecer os objectivos que estiveram presentes na origem da revisão desse processo, concretizado através do Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril.

O novo sistema de licenciamento industrial constitui um importante instrumento de suporte à prossecução das dinâmicas empresariais orientadas para a concretização da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

De facto, a diminuição dos entraves administrativos à criação de empresas e ao seu desenvolvimento, que constitui um dos objectivos fundamentais do novo regime do licenciamento industrial, não descarou a necessidade de promover uma melhoria das condições da envolvente empresarial.

Para o efeito, procurámos uma adequada articulação entre o Ministério da Economia e o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, por forma a conciliar os interesses do desenvolvimento económico com os da protecção do ambiente, na perspectiva de que os objectivos da política económica e da política ambiental não sejam antagónicos mas, sim, harmonizáveis no contexto da promoção da qualidade de vida das populações, subjacente a qualquer das políticas em causa.

É a esta luz que se deve entender, designadamente, a possibilidade prevista no novo regime de licenciamento industrial para a redução de prazos para a emissão de declaração de impacte ambiental, relativamente a apenas alguns projectos sujeitos a este tipo de licenciamento.

O regime de licenciamento industrial, contrariamente ao que foi dito hoje, mantém os prazos para a declaração de impacte ambiental em 120 dias, aos quais já estava associado, desde o anterior governo socialista, a noção de deferimento tácito — este deferimento já existia na lei.

No entanto, foi agora consagrada a possibilidade de, no caso de projectos estruturantes para a economia nacional, serem reduzidos, até ao mínimo de 80 dias, os prazos para a emissão da respectiva declaração de impacte ambiental, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do que tutela a área do ambiente.

Este facto tem subjacente não um aligeiramento da análise nem uma diferença em termos da análise dos estudos mas, isso sim, uma priorização da análise destes projectos pelas entidades competentes face à sua importância para a dinamização da economia, num quadro de uma deseável conjugação de esforços entre os ministérios envolvidos em tais projectos.

O mesmo se diga em relação à redução de prazo possível previsto para a emissão de declaração de impacte ambiental relativamente a estabelecimentos sitos em áreas de localização empresarial, tanto mais que, nestes casos, o especial cuidado dado à vertente ambiental do novo diploma regulador do licenciamento das referidas áreas de localização empresarial assegura que a componente ambiental não seja descurada pela redução de prazo para a emissão de declaração relativamente aos estabelecimentos que nelas se pretendem instalar.

Por último, gostava de referir o projecto de parceria e iniciativa pública para a prevenção de resíduos industriais que está em desenvolvimento entre o Ministério da Economia, através da Direcção-Geral da Indústria, e o Ministério do Ambiente, através do Instituto de Resíduos. Este é mais um exemplo da iniciativa conjunta dos dois Ministérios.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — O objectivo global deste projecto é o de contribuir para o lançamento das condições básicas que permitam a redução da quantidade e perigosidade dos resíduos gerados pela actividade industrial. Este objectivo é conseguido através da promoção de factores que são considerados críticos para a sua prevenção, nomeadamente, a sustentabilidade, as competências dos recursos humanos e a inovação tecnológica.

Este projecto desenvolve-se, no essencial, através de um conjunto de acções de sensibilização empresarial, de actividades de formação e de demonstração em empresas de sectores seleccionados e da criação de mecanismos que facilitem e fomentem a cooperação entre os actores-chave.

Neste domínio, foi fundamental o trabalho desenvolvido pelo INETI, na análise de 21 sectores industriais. Mas, sobretudo, interessa divulgar e apoiar as empresas no seu processo de mudança face aos desafios impressionáveis da melhoria da qualidade e do ambiente.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Acreditamos, em suma, que o reforço da complementaridade entre políticas de empresa e de ambiente é essencial para o suporte de uma actuação estrategicamente coerente e direcionada

para o objectivo da sustentabilidade, da competitividade e do crescimento da nossa economia.

A prática dos últimos anos mostra que somos muito exigentes a legislar e permissivos na aplicação e fiscalização do cumprimento da lei. Não é esse o caminho que este Governo quer percorrer.

A legislação deve resultar de um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento da economia e as preocupações ambientais. Ao mesmo tempo, deve o Estado ser intolerante face ao seu não cumprimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, ouvi com atenção a sua intervenção. Aliás, havia alguma expectativa quanto a ouvir neste debate quais as novidades que viriam do Ministério da Economia.

Confesso que, independentemente de ter sublinhado um conjunto de boas intenções e do não desprezo pela componente ambiental no desenvolvimento económico, há coisas que me parece claramente que não batem certo com essa preocupação manifestada. Ora, se não encaixam, podemos estar no plano da retórica.

A Sr.^a Secretária de Estado falou da lei da concorrência, aprovada por esta Câmara. Devo lembrar que a mesma não contemplou o que hoje contempla qualquer lei moderna da concorrência, isto é, as questões ambientais. Pura e simplesmente, é um factor que pode ser de distorção do mercado e é um aspecto que foi esquecido. Portanto, temos uma nova lei da concorrência, mas que continua a ter uma visão velha.

Em segundo lugar, contrariando de algum modo o que tinha sido dito neste debate, foi referido que os processos de avaliação de impacte ambiental não são limitados nos processos de consulta pública, embora o Governo tenha adiantado um conjunto vasto de situações em que tal pode ser ultrapassado.

Mas o que, porventura, mais me preocupa é uma outra ideia. Vamos colocar-nos à frente, e entendo que esse objectivo e essa pretensão são positivos. No entanto, deixa de ser positivo quando não vislumbramos como é que isso acontece. Sabemos que, como foi referido, há problemas energéticos quanto a uma baixa eficiência, à uma intensidade em crescimento e a um desperdício grande, o que tem reflexos negativos nos custos de produção. Assim sendo, o que verificamos, quando, por exemplo, falamos com investigadores do INETI, é que, de facto, continua a não existir um papel impulsor do Estado, do Ministério da Economia em concreto, e um enlace que permita fazer uso e aplicar modificações nos processos produtivos em termos do *eco-design*, da eco-eficiência que continuam a ser conceitos abstractos para a generalidade das empresas portuguesas.

Passo a uma outra questão em relação à qual a Sr.^a Secretária de Estado não nos deu novidades e que tem a ver com patentes. Este é um problema em Portu-

gal em relação ao qual não vemos melhorias nem anúncios do Governo no sentido de modificar a situação.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, falou da questão da redução dos resíduos industriais que é sobremaneira importante. No entanto, pareceu-me que a estratégia do Governo para a prevenção destes resíduos se resume a acções de sensibilização e de formação junto dos industriais no sentido de se proceder a essa mesma redução.

Falou, ainda, em processos de apoio às empresas, em processos de mudança. Gostava que concretizasse melhor este tipo de apoios.

Para além disso, gostava de saber, em concreto, se existem, e quais são, contratos-programa celebrados com os diversos sectores da indústria portuguesa, justamente com vista à redução dos resíduos industriais e que estímulos financeiros e fiscais estão preparados por parte do Governo no sentido de motivar essa mesma redução que, obviamente, é uma peça fundamental em qualquer estratégia para a gestão e o tratamento de resíduos industriais.

Na sua intervenção, falou também do decreto-lei que estabelece as normas disciplinadoras do licenciamento e exercício da actividade industrial e da redução dos prazos para emissão da declaração de impacte ambiental relativos a projectos relevantes para a economia portuguesa.

Para já, é muito subjectiva essa questão de «projectos relevantes para a economia portuguesa» e, quantitativamente, também ficamos perante uma grande subjectividade, nomeadamente quanto ao tipo de indústria.

Gostava que a Sr.^a Secretária de Estado me respondesse concretamente se essa redução de prazo tem ou não implicações no processo de avaliação de impacte ambiental e, fundamentalmente, no período de consulta pública. É que, se assim for, é extremamente significativo.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Para além disso, já aqui falámos substancialmente sobre a matéria relativa às alterações climáticas. Ora, porque o sector da energia é fundamental no combate às alterações climáticas e para que possamos cumprir os compromissos assumidos em relação ao Protocolo de Quíoto, pergunto concretamente, o que é que está a ser programado, juntamente com o Ministério da Economia, relativamente ao sector energético com vista ao combate às alterações climáticas. E faço esta pergunta porque ainda não consegui aperceber-me de nenhuma medida concreta em termos de políticas a levar a efeito por este Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, quanto à questão do licenciamento industrial, vamos ver se nos entendemos e comecemos por ver se estamos a falar do mesmo diploma.

O decreto-lei que o Governo aprovou sobre o licenciamento industrial reduz ou não os prazos para o procedimento de avaliação de impacte ambiental, reduz ou não os prazos que têm como consequência o deferimento tácito? É que, Sr.^a Secretária de Estado, ao contrário do que disse, o referido decreto-lei reduz, de facto, aqueles prazos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O diploma introduz uma alteração ao artigo 19.^º do diploma sobre avaliação de impacte ambiental. Para os projectos previstos no Anexo I, cujo prazo era de 140 dias, o prazo passa para 120 dias. O diploma reduz, pois, os prazos para estes procedimentos. Mais adiante — e, afi, é verdade o que diz —, admite que esses prazos possam ser ainda mais reduzidos, para 80 dias, por deliberação discricionária do Sr. Ministro do Ambiente.

O processo de licenciamento industrial é tudo menos um bom exemplo de uma articulação entre ambiente, ordenamento do território e a política industrial. Até os procedimentos de licença ambiental ficam agora inteiramente sujeitos à discricionariedade do Ministro do Ambiente que pode reduzi-los, querendo.

Sr.^a Secretária de Estado, é ou não verdade que os estabelecimentos industriais de tipo II e de tipo III podem, agora, ser instalados em zonas não previstas nos planos directores municipais, por simples parecer das direcções regionais do ambiente?

É ou não verdade que o diploma permite que as direcções regionais do ambiente autorizem a instalação de estabelecimentos industriais contra os planos directores municipais em vigor?

É ou não verdade que o diploma que o Governo aprovou prevê um processo de regularização das instalações industriais existentes em condições ilegais? É ou não verdade que, no âmbito dessa regularização, se permite que a respectiva direcção regional do ambiente autorize a legalização daquelas unidades industriais, mesmo contra os planos directores municipais que estão em vigor, desde que a situação ilegal tenha sido constituída antes de o respectivo PDM ter entrado em vigor? Como se a existência de uma unidade industrial ilegal conferisse, agora, direitos adquiridos...

Sr.^a Secretária de Estado, este diploma representa o triunfo da visão que o Sr. Ministro da Economia desde sempre defendeu ao longo deste mandato...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e que, aliás, foi objecto de comentário por parte do ex-Ministro do Ambiente, a visão de que os do ambiente são só uns «empatas». Pois é essa visão que triunfou neste diploma.

No entanto, a vitória dessa visão, a vitória do Ministério da Economia na aprovação deste diploma é, exactamente por isso, a derrota do Ministério do Ambiente.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

A Sr.^a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigada pelas questões levantadas.

Começo por responder à Sr.^a Deputada Isabel Castro relativamente à questão que colocou sobre a lei da concorrência. De facto, as questões ambientais não são referidas em específico em sede da lei da concorrência porque a mesma não incide sobre um sector específico, antes, é geral, é transversal para toda a economia. Pela primeira vez, todos os sectores são contemplados pela mesma lei, daí que não tenhamos integrado especificamente questões ambientais ou outras.

No que diz respeito aos problemas energéticos, lembro que este Governo adoptou, pela primeira vez, uma resolução que estabeleceu os princípios orientadores da política energética do País. Através de uma resolução do Conselho de Ministros, publicada recentemente, temos um conjunto de 40 medidas que contêm não só a designação como a descrição em concreto, ou seja, o que vamos fazer e quando.

Como sempre temos procedido no Ministério da Economia, estamos preocupados em ter medidas claras, em saber o que queremos fazer e quando, e seremos avaliados por isso mesmo. De resto, demos provas disso através do Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, de acordo com o qual, trimestralmente, damos conta do que temos feito.

De igual modo, quanto a esta matéria, teremos muito prazer em vir apresentar a esta Assembleia o ponto de situação com a periodicidade que for entendida.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito às patentes, lembro apenas que foi recentemente aprovado o novo Código da Propriedade Industrial, em sede do qual foram revistas muitas das questões relativas às patentes e que estavam por resolver.

Quanto à questão formulada pela Sr.^a Deputada Heiloisa Apolónia relativamente ao Plano Nacional de Prevenção dos Resíduos Industriais (PNAPRI), devo dizer-lhe que se trata de um plano já desenvolvido no âmbito do anterior governo, mas não implementado, nada tendo sido feito para a sua concretização. Ora, é exactamente isso que temos vindo a fazer, em conjunto com o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Até agora, desenvolvemos, através do INE-

TI, 21 guias específicos para cada um dos sectores, que dão orientações em cada um dos sectores, a fim de sabermos como é que podemos melhorar na produção dos resíduos. Este programa também aponta para 23 medidas concretas, que iremos divulgar às empresas e apoiar na sua implementação.

Temos também, no âmbito do Programa Operacional da Economia, apoios genéricos, através de medidas, que serão majorados sempre que houver questões específicas relacionadas com a inovação e a introdução de novos processos.

Portanto, penso que estamos no bom caminho, estamos a desenvolver uma série de acções, em conjunto, como disse, com o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. São coisas concretas, que estão feitas e foram desenvolvidas, representando muitas horas de trabalho, e que envolvem empresas e a concretização final destas medidas.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

A Oradora: — No que diz respeito ao licenciamento industrial, aproveito para responder também ao Sr. Deputado Pedro Silva Pereira. De facto, o processo de licenciamento industrial resultou de uma revisão e que juntou, pela primeira vez, cinco ministérios. Quer dizer, formou-se uma comissão e os cinco ministérios desenvolveram esse processo em conjunto. Portanto, houve aqui uma intervenção muitíssimo grande.

Todos nós concordámos que o que temos de considerar sempre é que a actuação da Administração Pública tem de ser virada para o cidadão, para a eficácia, para a redução da burocracia e para o crescimento económico.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Esta foi a orientação que presidiu. O que resolvemos entre nós foi que cada um teria de se articular e preparar para poder, em prazos, às vezes mais curtos...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Mais curtos!

A Oradora: — Mas nem sempre! Não houve uma redução de prazos, como referiu.

Já agora, aproveito para dizer que, no que respeita à licença de impacte ambiental, o diploma que transpõe a directiva para o direito português estabelece que os prazos podem situar-se entre 120 a 140 dias e são sujeitos a deferimentos tácitos. A alteração que fizemos foi no sentido de dizer: vamos fixar os 120 dias, que já estão previstos, para que o processo possa ser feito neste período e vamos também considerar que, em caso de grandes projectos de investimento e estruturantes para a economia, projectos que tenham um impacto muito positivo, não só pelos resultados que vai ter na zona onde se vai instalar mas também pela oferta de emprego que vai proporcionar, pelo desenvolvimento de outras empresas,...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Reduziram os prazos! A verdade é essa!

A Oradora: — ... micro e pequenas empresas, que arrasta, as quais serão suas fornecedoras e suas clientes...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr.ª Secretária de Estado, o tempo de que dispunha chegou ao fim. Tem de terminar, por favor.

A Oradora: — Então, terminei, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Cambra.

O Sr. Manuel Cambra (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Diz a Lei de Bases do Ambiente e, mais concretamente, a Constituição da República Portuguesa que «1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender. 2. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem (...).

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Para respeitar os compromissos europeus, foi necessário apresentar apressadamente uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

Decorridos que estão alguns meses sobre a realização da Cimeira das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, que teve lugar em Joanesburgo, veio aqui o Sr. Ministro falar-nos claramente — e sublinho «claramente» — sobre as medidas que estão a ser tomadas com vista à concretização de um plano nacional para o desenvolvimento sustentável.

A importância desta matéria justifica plenamente a forma prudente e sensata como V. Ex.ª, Sr. Ministro, aborda o problema. É esse, de facto, o caminho para uma verdadeira política de ambiente sustentável, pelo que felicito V. Ex.ª por tal postura e também pelas novas funções que agora desempenha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, desejo-lhe os maiores sucessos no difícil desempenho das suas novas funções, à frente de um ministério tão difícil e complicado, e apresento-lhe os meus cumprimentos pessoais.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: Sr. Ministro, vou fazer uma curta intervenção para pedir a V. Ex.^a que, no seu discurso final, esclareça esta Câmara sobre algumas matérias, pois não podemos sair deste debate sem respostas concretas às mesmas.

A primeira diz respeito à política de privatizações no domínio da água. É importante que nos seja dito, de uma vez por todas, qual é a política que o Sr. Ministro irá prosseguir. Sim ou não, irá privatizar o Grupo Águas de Portugal — EPAL? A resposta é clara e directa.

Em segundo lugar, o Programa Tecnopolis parece ter caído do discurso do Ministro com a queda do anterior ministro. E é bom que se saiba que o Programa Tecnopolis foi aqui apresentado como uma preocupação de desenvolvimento do interior e uma preocupação de desenvolvimento tecnológico, mas, afinal, parece que se tratava de um toque pessoal do ex-Ministro, o que certamente não é bom que aconteça.

Em terceiro lugar, quero pedir ao Sr. Ministro que diga se tem posição relativamente à instalação de um sistema de radar em plena zona especial de conservação da Rede Natura 2000, na Madeira. É matéria sobre a qual, por três vezes, fiz perguntas escritas ao ex-Ministro para que, nas sessões de perguntas ao Governo, às sextas-feiras, me respondesse e a resposta foi nula. Dirigi-me também ao Ministro da Defesa Nacional para que me esclarecesse sobre esta matéria e a resposta foi igualmente nula. Assim sendo, é bom perguntar ao Sr. Ministro se está disponível para responder a esta questão — e, se estiver, reformulariai, na próxima sessão de perguntas ao Governo, esta matéria —, ou se, pelo menos, tem posição sobre esta matéria.

Requito, gostaria de ter de V. Ex.^a, Sr. Ministro, uma resposta concreta e clara sobre estas matérias.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Muito brevemente, e nesta fase final do debate, julgo que há aspectos evidentes para todas as bancadas, independentemente do posicionamento político de cada uma delas.

O primeiro aspecto evidente que resulta desta interpelação ao Governo agendada por Os Verdes, e cuja oportunidade política me parece indubitável, é que, em matérias fundamentais para a modernização das sociedades — e fundamentais numa perspectiva de equilíbrio

e numa perspectiva de solidariedade em relação ao futuro (refiro-me às políticas de ambiente) —, se mantém, um ano depois de o Governo ter entrado em funções, uma inércia, um immobilismo, uma invisibilidade, que não só são preocupantes como, do nosso ponto de vista, vão ter consequências extremamente negativas no ambiente e maiores custos sociais, ambientais e económicos.

O segundo aspecto que me parece evidente é, neste dia em que o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente se estreou, a reiterada fuga do Sr. Ministro a questões muito concretas que lhe foram colocadas. Em nosso entendimento, essa «não resposta» tem uma leitura política. Desde logo, a constatação óbvia de que, em questões fundamentais, o Governo da actual maioria PSD/PP não fez o seu trabalho: diz que continua a estudar, a tentar tomar contacto com os *dossiers* e a aprofundar conhecimento, mas há que concluir que a sua produtividade é baixíssima. É baixíssima, por exemplo, no domínio da energia, em relação ao qual as propostas são muito vagas. Aliás, o documento que o Sr. Ministro gentilmente fez circular pelas bancadas é muito interessante, mas substancialmente, digamos, um código de conduta politicamente correcto para genericamente qualquer país, não definindo em concreto, não fixando calendários, não se amarrando nem ancorando em decisões concretas nos diferentes domínios. Desde logo, num domínio em relação ao qual perguntei ao Sr. Ministro qual era a sua política em concreto, porque ele é determinante, quer se fale nas alterações climáticas quer se fale na derrapagem de toda a energia, que é o dos transportes. Ora, sobre os transportes, o que o Sr. Ministro nos disse foi que tinha participado, há uma semana, num colóquio, mas não disse exactamente o que vai fazer, nem como e quando, para alterar uma situação que é de enorme complexidade e gravidade.

Ainda em relação ao ordenamento do território e à gestão integrada do litoral, muito ficou por provar, não obstante o Sr. Ministro ter considerado ofensivas dúvidas que temos sobre facilidades objectivas que o Programa Finisterra vai permitir em termos de especulação imobiliária. Em relação a alguns aspectos concretos que estão neste momento colocados em alguns POOC — e acerca dos POOC é bom lembrar que o PSD dizia (aliás, tal como Os Verdes) que eram um instrumento finito, limitado e quase incipiente — mantém-se a incipiente, os megaprojetos que poderão destruir o litoral mantêm-se, e a única alternativa nova que surge é um programa facilitador desses erros, programa esse que o Governo não revelou se admite ou não reequacionar.

Por último, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, diria que, perante tudo isto e em relação aos três cenários que o Protocolo de Quioto nos impõe, a última alternativa das três propostas (politicamente correcta do ponto de vista de Os Verdes, mas para a qual manifestamente o Governo não parece ter dinâmica nem vontade de política de se empenhar) nos parece cada vez mais

distante. E mantemos, com apreensão, como um cenário possível, futuro e grave, a possibilidade de, para além dos custos ambientais, os cidadãos portugueses poderem vir a ter de pagar do seu bolso, e com uma pesada factura para a economia, o acumular de erros e erros, que não vemos e aqui não ouvimos dizer como é que poderão ser contrariados de uma forma efectiva e com políticas concretas.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este debate vai chegando ao final e a ideia da continuidade, que, infelizmente, marca a nossa discussão, foi ficando mais clara, sobretudo depois da intervenção que o Grupo Parlamentar do PSD fez nesta Câmara e na qual deu conta da preocupação dos Deputados do PSD com a questão da desertificação do interior, mas explicando essa desertificação do interior — imagine-se! — com as restrições ambientais à construção!

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — É aquela ideia de que a Reserva Ecológica Nacional, a Rede Natura, as áreas protegidas, é tudo isso que está a travar o desenvolvimento do País! Pois é justamente essa concepção do desenvolvimento do País e a continuidade da orientação do Governo em relação a essa matéria que está em causa neste debate, Sr. Ministro.

Em relação àquilo que os governos do PS fizeram nesta matéria, a acusação foi repetidamente feita — aliás, é habitualmente protagonizada por alguns Deputados do PSD — e vai nesta linha: na ideia do fundamentalismo dos governos do PS. Em contraposição, surge agora a ideia da flexibilização dos instrumentos de gestão territorial.

Nós não temos qualquer espécie de dificuldade em reconhecer que aumentámos as áreas protegidas em Portugal de 6,6 % para 21,4 %; que os municípios com reserva ecológica nacional aumentaram — em 1995 havia mais de 200 municípios sem reserva ecológica nacional delimitada e agora são pouco mais de 20; que os tais planos de ordenamento da orla costeira, que aqui foram anunciados como muito importantes, foram feitos no tempo dos governos do PS e os dois que faltam — aqueles dois que deixámos prontos para o governo seguinte —, ao fim de mais de um ano, ainda não foram aprovados...

Vozes do PS: — É verdade!

quando há um Plano Regional de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa para aplicar, instigar soluções que, como acontece em relação ao caso da Falagueira, mas também ao caso da mata de Sesimbra, contrariam as orientações desses planos regionais que aqui, retoricamente, foram indicados como sendo muito importantes.

Sr. Ministro, a conclusão mais evidente deste debate é a da única surpresa que dele se retira: a última coisa que esperávamos é que o Sr. Ministro viesse para este debate verdadeiramente de mãos a abanar; que não nos trouxesse rigorosamente nada de concreto senão adiamentos de projectos de que já se fala há muito tempo entre nós; que tivesse vindo sem o famoso inventário dos resíduos industriais perigosos, sem a localização dos aterros; que tivesse vindo sem a lei da água, sem sequer um calendário para a sua aprovação; que tivesse vindo sem uma estratégia para o sector das águas; que tivesse vindo sem sequer um calendário para a tal lei que o Governo pretende aprovar para permitir desenvolver o Programa Finisterra daquele modo controverso, aligeirando os procedimentos de intervenção no litoral. De facto, veio mesmo de mãos a abanar!

Sobre compromissos financeiros para viabilizar as intervenções Polis, para salvar a política de conservação da natureza, para impedir as situações de ruptura que se verificam em muitos serviços do seu Ministério, sobre isso, verdadeiramente, disse nada! E o embaraço que revelou em relação a muitas perguntas que foram colocadas ao longo do debate não é, manifestamente, um bom sinal. Isto não se resolve com alguns lugares comuns sobre o desenvolvimento sustentável que fazem parte do *b-a-ba* de todos aqueles que se ocupam das questões do ambiente de há muito tempo a esta parte. Precisamos de iniciativa política, precisamos de iniciativas concretas, precisamos de compromissos do Governo.

Sr. Ministro, este debate, manifestamente, não lhe correu bem. Não correu bem ao Governo e, não tendo corrido bem ao Governo em matéria de política de ambiente e de ordenamento do território, a triste conclusão é a de que este debate não foi bom para o País, porque o País não ficou a saber que tinha agora, finalmente, um Ministério do Ambiente mais forte, capaz de inverter o plano inclinado para o qual foi arrastado no ano que passou. Pelo contrário, a ideia que fica é a de que, da desvalorização do Ministério do Ambiente, passámos para a inexistência política do Ministério do Ambiente.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, a derrota que aqui, hoje mesmo, foi confirmada...

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha chegou ao fim. Faça favor de concluir.

O Orador: — ... foi um verdadeiro «tiro no pé» para o Governo. A inexistência política é a pior notícia para a política do ambiente.

Portanto, não recebemos lições em matéria de cedências aos interesses, sobretudo quando vemos o Governo,

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Reis.

O Sr. Vítor Reis (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero saudar o Sr. Ministro porque penso que houve, na intervenção que fez, uma enorme clareza naquilo que são os propósitos do Governo. Aliás, gostaria de referir que V. Ex.^a, Sr. Ministro, trouxe aqui, ao Parlamento, uma referência explícita em relação aos três *dossiers* essenciais deste Ministério, e gostava de voltar a chamar a atenção para isso: alterações climáticas, água e resíduos. E, sobre eles, Sr. Ministro, acho que há uma coisa que ficou clara: é que este Governo não vai adiar as soluções.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pois não! Não vai adiar porque já adiou!

O Orador: — E, ao contrário daquilo que o Partido Socialista pretende fazer crer, é hoje claro que este Governo, ao tomar posse, há um ano atrás, encontrou uma sucessão de situações que estavam adiadas ou, melhor, na gíria popular, na gaveta!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados do Partido Socialista, era interessante perguntarmos hoje se existe algum instrumento de ordenamento do território que esteja parado no nosso país por iniciativa deste Governo. O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, que VV. Ex.^{as} deixaram, à última hora, à saída do governo, este Governo pô-lo a funcionar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os dois planos de ordenamento da orla costeira, os mais sensíveis e os mais críticos, aqueles que os senhores do Partido Socialista sabiam que tinham maiores dificuldades em enfrentar, os senhores deixaram-nos na gaveta. Vêm hoje aqui dizer que estavam prontos?! O plano de Vila Real de Santo António e de Vilamoura algum dia estava pronto?! Nem pronto sequer estava para ser colocado em debate público! Como é que os senhores podem vir dizer que o plano Sintra/Sado, com todas as indefinições em torno da lagoa de Albufeira, estava pronto?! Srs. Deputados, desculpem o termo, mas é a mais pura das mentiras!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, faz lembrar a velha máxima nazi: uma mentira repetida muitas vezes tende a tornar-se verdade. Os senhores acham que é utilizando essa téc-

nica que vão tapar a monumental situação em que deixaram o País em matéria de ordenamento do território?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, quanto aos planos de ordenamento das albufeiras, o que é que os senhores tinham? Hoje, o Sr. Ministro trouxe aqui, claramente, as várias frentes em que o Governo está a trabalhar com o Instituto da Água. O que é que os senhores fizeram a este nível?

Vozes do PSD: — Nada!

O Orador: — E, em relação à segunda geração dos PDM, o que é que os senhores fizeram?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, Srs. Deputados, o cúmulo dos címulos é aquilo a que os senhores chamam mata de Sesimbra. Sabemos que é uma história que remonta a 1973, anterior, portanto, à nossa Revolução, mas, fazendo parte do passivo ambiental deste país, é compreensível que os senhores, que deixaram a situação que deixaram com a Aldeia do Meco, tenham ratificado o PDM de Sesimbra, em 1998/99, com mais 1,2 milhões de metros quadrados de construção e que, hoje, venham falar na mata de Sesimbra, quando este Governo tem de resolver o problema da Aldeia do Meco, tirando uma monumental urbanização do litoral e resolvendo-a, no enquadramento do PDM de Sesimbra?! Quem ratificou o PDM de Sesimbra, Srs. Deputados? De quem é a Câmara Municipal de Sesimbra. Srs. Deputados do Partido Socialista? Quem é o Presidente da Câmara de Sesimbra? Quem é a maioria que gere a Câmara de Sesimbra?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados do Partido Socialista, onde está a vossa memória?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, então, os senhores vêm aqui falar-nos no contencioso com Bruxelas? Os senhores criaram o problema e agora vêm dizer «resolvam-no»? E quanto à descentralização? Srs. Deputados, os senhores têm o desplante de vir falar na legislação que o Governo fez em matéria de descentralização quando os senhores, no governo, após o famoso referendo da regionalização, adiaram sistematicamente e contra a vontade de todos os partidos desta Câmara, excepto o vosso, todas as medidas em matéria de descentralização?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, Srs. Deputados, quando este Governo toma decisões para resolver os problemas do lito-

ral e põe de pé o Programa Finisterra, aqui d'el rei que é o desastre?! Então, afinal, estamos a adiar ou estamos a resolver os problemas, Srs. Deputados?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Onde é que está, afinal, a vossa medida? O problema está na vossa medida! É que os senhores, enquanto estiveram no governo, foram manifestamente incapazes de tomar decisões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, Srs. Deputados, querem cobrar-nos por tomarmos as decisões.

Sr. Ministro, siga em frente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, a fase do debate chegou ao fim...

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma intervenção.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Sr. Deputado, não pode. Como já fez duas intervenções, de acordo com o Regimento, não pode fazer mais nenhuma.

Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento.

Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente. Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Esta interpelação era necessária e foi muito oportuna. Desde logo, ficou claro que o novo Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente não protagonizará a alteração de políticas. Portanto, os que se iludiram a pensar que a alteração de Ministro resultaria numa visão diferente do ambiente desenganaram-se hoje. Quanto a Os Verdes, é evidente que sempre afirmámos que a questão está nas políticas prosseguidas e não nos titulares das pastas. E é aqui, justamente na questão das políticas prosseguidas, que devem residir as nossas preocupações.

O Sr. Ministro afirmou que vai continuar as políticas prosseguidas. Veio aqui anunciar o que já estava anunciado: que vão fazer, que estão a preparar, mas nada trouxe de novo.

Disse o Sr. Ministro, na intervenção inicial, que quer dar confiança aos portugueses em matéria de ambiente e ordenamento do território. Mas, Sr. Ministro, não transmitiu confiança absolutamente nenhuma. Olhemos justamente para os grandes *dossiers* que o Sr. Ministro seleccionou no seu Ministério.

Relativamente à água, o Sr. Ministro disse que a questão da privatização era de somenos importância, quando sabe perfeitamente que é uma questão estratégica e muito negativa relativamente às experiências de privatização e, até, de concessões a privados que já se

conhecem em Portugal. E os senhores estão a preparar todo o caminho: o aumento das tarifas. Vêm agora alegar que os custos para os equipamentos de abastecimento e saneamento serão muito mais elevados do que aquilo que estava programado por parte do anterior governo, do Partido Socialista, para justificar a questão da privatização, porque não há outra forma de justificar beneficamente esta opção para Portugal.

Por outro lado, o Sr. Ministro referiu ao contencioso com Bruxelas. Aliás, não nos respondeu nem à questão sobre se perderíamos ou não os fundos comunitários que acabámos por ver desviados no ano passado para outro país, se vamos ou não recuperá-los (e eles são fundamentais à estratégia de abastecimento e de saneamento), nem à questão dos prazos e dos compromissos assumidos até ao ano 2006 em termos de abastecimento e de tratamento de águas, questão que o então Ministro, Isaltino Morais, referia que estariam comprometidos caso este contencioso não estivesse resolvido até Abril. O certo é que Abril já passou e não ouvi resposta do Sr. Ministro relativamente a esta matéria. Sobre o programa de monitorização da qualidade da água, já iniciado, nada disse, assim como em relação à lei da água, que continua adiada.

Um outro *dossier*: o dos resíduos. Relativamente aos resíduos industriais, já ouvimos muita conversa por parte deste Governo. Ainda sem inventário de resíduos, já dizia o então Ministro Isaltino de Morais que já tinha em vista alguns locais para a instalação de aterros para resíduos industriais e afirmava peremptoriamente que tinham de ser dois aterros para não criar um monopólio em Portugal. Afinal, Sr. Ministro, o que é que já está decidido definitivamente, antes de o inventário para resíduos sair? Parece que já há coisas decididas! Porque é que o Sr. Ministro não avança com aquilo que já está decidido? Relativamente aos resíduos hospitalares, não ouvimos o Sr. Ministro pronunciar-se sobre esta matéria. O certo é que continuam três incineradores em funcionamento e, de acordo com o plano estratégico, não deveriam estar estes três incineradores em funcionamento, constituindo eles verdadeiras ameaças para a saúde pública. Sobre os resíduos sólidos urbanos, já percebemos que a estratégia deste Governo não passa por aquilo que é fundamental: a questão da reciclagem.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Ministro, peço-lhe, pela última vez — e já estou cansada de o repetir —, que me diga qualquer coisa sobre a intenção do Governo de permitir a instalação de um incinerador em Anadia para servir a região Centro em matéria de resíduos sólidos urbanos, questão que consideramos, a ser verdade, extremamente preocupante e totalmente contra a estratégia adoptada em Portugal.

Um outro *dossier*: o das alterações climáticas. A Agência Europeia do Ambiente indica que Portugal continua a ser dos mais mal comportados em termos de desperdício energético. Portugal foi, com Espanha, o país que menos esforço fez para reduzir a emissão de

gases com efeito de estufa. E, no quadro catastrófico que conhecemos em Portugal, porque já ultrapassámos em muito a percentagem de aumento de emissões de gases com efeito de estufa a que nos tínhamos comprometido, o que é que o Governo vem dizer à Assembleia da República? Vem confirmar que está tudo atrasado para a resolução desta problemática.

O Sr. Ministro estreou-se na Assembleia da República sem nada de novo, repito. E pior: não respondeu a muitas das questões que foram colocadas por diferentes bancadas durante este debate.

Para além disso, assistiu-se também neste debate, nomeadamente pelas bancadas da maioria, a uma procura de fugir para o passado sem assumir responsabilidades relativamente ao Governo. Mas os senhores já têm tanto que assumir durante este mais de um ano de governação que era importante ouvir-vos pronunciar sobre estas matérias. Para dar alguns exemplos: fragilização da fiscalização ambiental com a eliminação das DRAOT; diminuição do financiamento substancial das áreas protegidas; institucionalização de um regime de exceção para o litoral no Programa Finisterra; eliminação do recrutamento dos directores das áreas protegidas por concurso, passando a ser nomeados pelo Governo; os planos de ordenamento da orla costeira, apesar de estarem prontos, estão ao serviço dos interesses imobiliários. Isto é positivo? É evidente que não. É evidente que é negativo tudo aquilo que têm adiado em termos de questões fundamentais para o desenvolvimento.

Há algumas questões que são, de facto, fundamentais porque estão na base das grandes causas de problemáticas ambientais em Portugal, que se prendem justamente, por exemplo, com a concentração no litoral e com as assimetrias regionais no nosso país. Sobre isto, não ouvimos o Sr. Ministro pronunciar-se, a não ser reproduzir na Assembleia da República uma das *gaffes* do então Sr. Ministro Isaltino Morais, ao referir que a Reserva Ecológica Nacional e as áreas protegidas eram um travão ao desenvolvimento, o que é perfeitamente inaceitável.

Sobre a questão da intervenção no litoral, onde se concentra grande percentagem da população portuguesa, o Sr. Ministro, em termos de medidas e de acções concretas, nada disse.

Relativamente à fiscalização, uma matéria fundamental em termos de ambiente, e no sentido de garantir a prossecução de políticas de ambiente, o Sr. Ministro também nada adiantou, como também nada referiu relativamente ao adiamento de uma definição de regras em termos de fiscalidade ambiental em Portugal.

Sr. Ministro, quando o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente não se consegue afirmar na resolução das problemáticas que lhe cabe resolver, também não tem força para garantir a necessária transversalidade das políticas de ambiente.

Temos razões, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para sairmos deste debate preocupados quanto aos resultados da acção do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Gostava de, desde já, referir, Sr. Ministro, que o Partido Ecologista «Os Verdes», através do seu grupo parlamentar,

a curto prazo, pedirá na Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente a vinda do Sr. Ministro para nos prestar esclarecimentos concretos relativamente à política de resíduos em Portugal, porque me parece que foi uma das questões que, de uma forma muito premente, ficou por responder, quer relativamente aos resíduos industriais, quer relativamente aos resíduos hospitalares, quer relativamente aos resíduos sólidos urbanos.

Sr. Ministro, temos muitos meios para fazer mais e melhor em Portugal. Haja vontade política nesse sentido. Haja vontade de considerar o ambiente como um pilar fundamental para o desenvolvimento e não como algo que anda permanentemente a travá-lo. Com essa vossa lógica, de facto, não vamos longe!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os Verdes continuarão, na Assembleia da República e fora dela, a denunciar, a alertar, para as problemáticas ambientais, a exigir a sua resolução e a trabalhar com propostas concretas nesse sentido.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Para uma intervenção, em nome do Governo, tem a palavra o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em conclusão deste debate sobre política do ambiente e do ordenamento do território, quero exprimir, de forma breve, a minha apreciação geral sobre o seu resultado e realçar algumas orientações que entendo prosseguir.

Os temas desta interpelação cobriram uma imensidão de questões da mais variada complexidade no plano técnico e na delicadeza dos interesses envolvidos.

O debate permitiu confirmar a impressão que já tinha sobre o conhecimento profundo que os Srs. Deputados têm desta matéria, alguns com provas dadas no Ministério que agora dirijo. Mas, no tempo deste debate, seria certamente impossível correr desde o Pico do Areeiro, na Madeira, passando pelo planalto beirão, aterrando em Odelouca, com talvez, uma noite de descanso nas torres de Ofir.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Ninguém falou nas torres de Ofir!

O Orador: — Interrogo-me, sinceramente, se alguém pode, em consciência, transmitir em tão pouco tempo, com rigor e objectividade, os contornos de todas as políticas, planos, estratégias, programas que povoam o universo das áreas de responsabilidade atribuídas ao meu Ministério.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No entanto, aquilo que vi reforçou o sentimento que já tinha de que estávamos no caminho certo.

Concebo que não há soluções perfeitas e que, por conseguinte, subsistirão sempre problemas a requerer solu-

ção. Mas prometo trabalhar afincadamente para tentar resolvê-los.

Nesta matéria, convém lembrar que não podemos em simultâneo maximizar o benefício e minimizar o respectivo custo. É matematicamente impossível. Isto para indicar que não poderemos avançar do mesmo modo em todas as frentes ou reduzir a zero, por exemplo, o risco ambiental.

Permitam-me, finalmente que teça algumas considerações sobre os princípios que irão enquadrar as minhas tomadas de decisão no desenvolvimento da acção governativa.

Em primeiro lugar, garantir a sustentabilidade ambiental. O crescimento económico não deve ser conseguido à custa do ambiente. Pelo contrário, o ambiente deve poder constituir um motor de crescimento, pelas economias geradas e pela criação de empregos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portugal não gera suficiente riqueza para poder manter, de forma sustentável, os padrões de vida actuais. O retrato desta situação é o elevado défice externo. Precisamos de, com urgência, encontrar soluções que racionalizem a utilização de recursos escassos, como são a água e a energia. Não podemos dar-nos ao luxo de continuar a aumentar mais o nosso consumo de energia primária do que o PIB. Isto significa que o radiador da nossa casa é pago pelo estrangeiro. Não podemos permitir que continuem a verificar-se perdas incompatíveis na utilização da água, que em alguns casos atingem mais de 50 % entre a captação e a torneira da nossa casa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E a solução é a de privatizar!

O Orador: — Em segundo lugar, assumir a consciência ambiental deste Governo no difícil equilíbrio de interesses que envolvem também, designadamente, a economia, as finanças e a agricultura e que, estou certo, o Sr. Primeiro-Ministro saberá arbitrar com o sentido de oportunidade e defesa do interesse nacional a que nos vem habituando.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, conquistar a adesão de todos os portugueses para a defesa desta causa, que é o ambiente. A defesa da natureza não pode ser conduzida contra a vontade popular,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem a favor dos interesses imobiliários!

O Orador: — ... mas, pelo contrário, deve ser promovida por esta mesma vontade popular. Não pode ser apenas uma bandeira de partido, tem de se constituir em causa nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Assim, encaro a participação dos parceiros sociais nas decisões ambientais como elemento essencial de actuação

responsável, sobretudo no início dos processos de tomada de decisão.

Também sei que posso, e devo, contar, antes de mais, com o apoio insubstituível dos autarcas portugueses, que têm na Associação Nacional de Municípios Portugueses uma excelente embaixada. Com ela, espero poder examinar muitas das questões difíceis que se nos deparam.

Mas entendo, ainda, que os mecanismos de consulta pública, previstos em grande parte na legislação relativa ao ambiente e ao ordenamento do território, devem ser revitalizados, com o pedido às entidades mais envolvidas, nomeadamente, as dependentes do meu Ministério e das autarquias locais, de que assumam uma postura mais pró-activa nessas consultas, promovendo, por exemplo, campanhas de divulgação, designadamente através da *Internet*.

Em quarto lugar, fazer do ordenamento do território um eficaz instrumento do desenvolvimento sustentável, em lugar de constituir na prática, quase exclusivamente, um regulador administrativo para fins urbanísticos, gerido na maior das confusões, em que muitas decisões são adquiridas por falta de resposta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para isso conto promover, com o apoio de administrativistas de elevada competência, um trabalho de sistematização, de compilação, de clarificação das relações entre os diferentes tipos de ordenamento existentes — rural, urbano, paisagístico, hídrico, marinho ou de protecção da natureza — com o objectivo de evitar a frequente e conflitual sobreposição de competências.

Procurarei, assim, conciliar em tempo útil as necessidades da economia e da vida corrente dos cidadãos com a protecção do ambiente e, em particular, com a imperativa preservação dos recursos naturais do nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em quinto e último lugar, valorizar o dinheiro disponível do meu Ministério. Num período de estagnação da economia e de crescentes restrições orçamentais, haverá que seleccionar muito rigorosamente os projectos que apresentem uma maior utilidade económica e social, permitindo satisfazer as mesmas necessidades a um custo inferior. Assim tenciono conduzir a acção do meu Ministério. Privilegiarei a acção, em lugar da teoria; a agilização de soluções, em vez de construções cartesianas. Dos primeiros resultados, vos darei conta logo que possível.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Lino de Carvalho): — Srs. Deputados, chegou ao fim a ordem do dia de hoje, consubstanciada na interpelação n.º 4/IX — Sobre ambiente, ordenamento do território e sustentabilidade do desenvolvimento (Os Verdes).

A próxima sessão plenária realiza-se amanhã, com inicio às 15 horas, e a ordem do dia será preenchida pelo debate mensal com o Sr. Primeiro-Ministro, sobre a situação internacional e a posição do Governo português perante a questão do Iraque, seguido da discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 53/IX — Autoriza o Governo a legislar

em matéria de tratamento e interconexão dos dados constantes das informações a prestar pelas instituições de crédito mutuantes em relação aos contratos de empréstimo à habitação bonificados, e da apreciação do relatório sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia — 2001, para além das votações regimentalmente previstas.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Henrique José Monteiro Chaves
Maria Assunção Andrade Esteves
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Socialista (PS):

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Socialista (PS):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Jorge Martins Pereira
José Manuel Pereira da Costa
Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares

Partido Socialista (PS):

Antero Gaspar de Paiva Vieira
Francisco José Pereira de Assis Miranda
João Rui Gaspar de Almeida
José da Conceição Saraiva
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 2,40